



Turma 2025/2026

Curso Nacional de Defensoras Populares do Campo



EXPEDIENTE

| Elaboração |

Coordenação Política e Pedagógica do Curso de Defensoras Populares do Campo:

Beatriz Luz, Catarina do Espírito Santo, Danieria Carolino, Erica Rodrigues da Silva, Hanyelle Ohane, Lizandra Guedes, Juliana Vargas.

Coordenação do Projeto Defensoras Populares do Campo – IFPA / Campus Rural de Marabá:

Suely Gomes e Luciene Castravechi

Secretaria:

Mileny Alves Bezerra

Diagramação:


Daísa Passos

| Agradecimento |

Agradecemos a todas as companheiras que participaram do curso de Defensoras Populares do Campo pela dedicação e compromisso com a tarefa e as convocamos para seguirmos construindo juntas nosso projeto de Reforma Agrária Popular, solidário, justo e livre de todas as formas de violência.

| Defensoras Populares do Campo |

Adelaide de Jesus Purificação
Adilma Pereira Fernandes
Albertina Lopes da Silva
Alessandra de Souza Baia
Alexsandra Nascimento dos Santos
Ana Carolina Azevedo de Souza
Ana Claudia Baião Correia
Andreia Marcelina da Silva
Angela Cristina Lopes da Silva
Arielle Moraes Prates
Camila Maria Alves
Alcione da Silva Barros Oliveira
Carla Dalepiane
Carla Rayol Ribeiro da Silva
Carolayne Sena Santos
Clareana Nunes Graebner
Camilly Santos da Rocha
Clenilse dos Santos
Daniela Amarilha Saucedo
Danieria Silva Santos Carolino
Dejane de Jesus Alexandre Almeida



Edneide Ferreira da Silva
Elenice Oliveira Alves Silva
Eliane Ramos de Souza
Elisa Raimunda Dias Neves
Emanuelle Araújo Borges
Fernanda Carolina Ramos
Fernanda Evangelista da Silva
Gabrielle Moraes Prates
Gisele da Silva
Graciane da Luz
Iara Kauane Tolentino Gomes Miranda
Iraci da Silva Pereira
Maria de Lourdes dos Santos
Jane Batista de Freitas
Jhennyfer Silva de Andrade
Jeniffer Rocha da Silva
Jocimara Batista de Souza
Joice Santos da Silva
Thalita da Silva Carvalho
Kananda Rocha Xavier
Leticia Feitosa da Silva
Liduína Ramos de Paulo
Lorena Benitez Brites
Lucia da Silva
Lucivania de Sousa
Manuela Martins da Costa Aquino
Maria da Conceição da Silva Souza
Maria dos Santos da Silva Rocha Santos
Maria Gorete Ferreira Santos da Silva
Maria Moreira da Silva Neta
Maria Suely da Silva
Mikaellen Santos da Silva
Mônica Barbosa da Silva
Nilva Loeci Azevedo
Patrycia Costa Peniche de Souza
Paula Artemísia Lopes da Silva
Rayane Ferreira Dias
Rosecleia Santos Souza
Selma Nunes da Silva
Silvia Reis Marques
Sintia Gonçalves da Silva
Sirlene de Souza Ieque Ferreira
Stefane Ketlyn de Oliveira
Suelen Pereira Estevam
Thaís Luanne Costa de Oliveira
Vanda Soares de Souza
Vandélia Maria da Silva
Vanessa Silva Carvalho
Wennia Rakell Vilar Martins Sales



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	7
2.	PROGRAMA DO CURSO DE DEFENSORAS POPULARES DO CAMPO	11
3.	EIXO I: FORMAÇÃO AGRÁRIA, SOCIAL E ECONÔMICA BRASILEIRA – COMO O CAPITALISMO, RACISMO E PATRIARCADO CONFORMAM A SOCIEDADE	12
3.1.	Por que o marxismo é fundamental para a luta das mulheres trabalhadoras?	12
3.2.	O que é a teoria da reprodução social? Tithi Bhattacharya	15
4.	EIXO II: FEMINISMOS E LUTA DAS MULHERES DO CAMPO	26
4.1.	As mulheres e o feminismo na lutas socialistas no Brasil – Ândrea Francine Batista	26
5.	EIXO III: DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES – UMA LONGA E INACABADA CONSTRUÇÃO	42
5.1.	Aspectos legais da violência contra a mulher: avanços e desafios Lorena Cordeiro de Oliveira	42
5.2.	Justiça Reprodutiva e Religião: apontamentos para uma conversa Pâmela Cervelin Grassi	54
6.	TRABALHOS DE TEMPO COMUNIDADE DA TURMA DE DEFENSORAS POPULARES DO CAMPO	60
6.1.	1º Tempo Comunidade	60
6.2.	2º Tempo Comunidade	72
7.	ENCONTROS REGIONAIS DAS DEFENSORAS POPULARES DO CAMPO	89

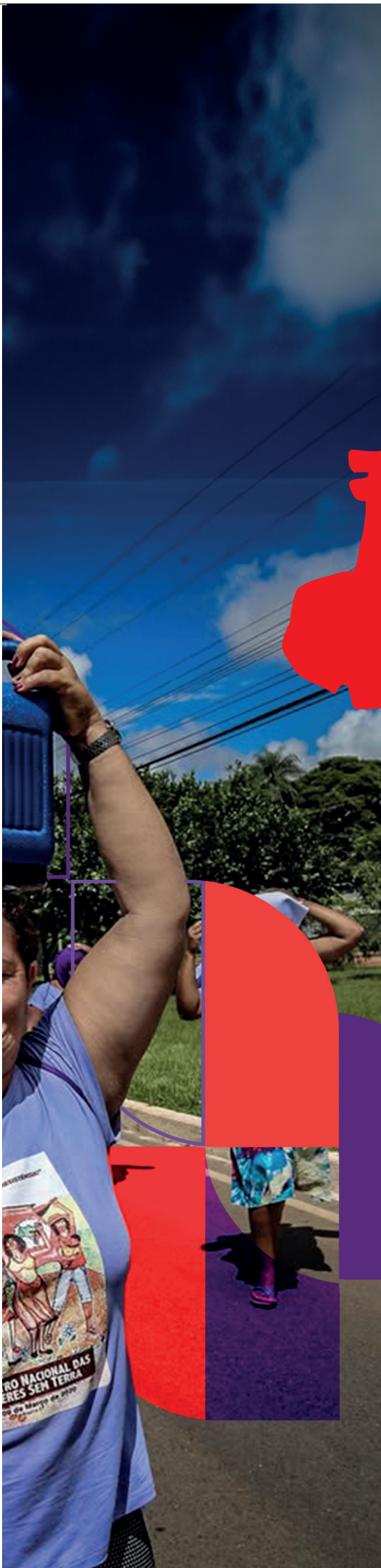
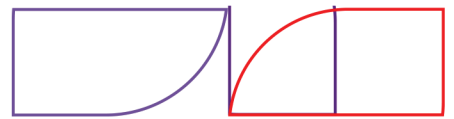
1. APRESENTAÇÃO

I TURMA DE DEFENSORAS POPULARES DO CAMPO

O Curso de Defensoras Populares no Campo é resultado de uma parceria entre o Ministério da Justiça, o Instituto Federal Campus Rural de Marabá e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, por meio de um Termo de Execução Descentralizada, realizaram processo formativo em 11 aulas virtuais, 5 encontros regionais presenciais e um encontro nacional presencial, durante um ano – 2025 à 2026.

A Coordenação Política e Pedagógica do curso foi composta pelo coletivo nacional do setor de gênero do MST, que coordenou uma turma de 70 educandas de todas as regiões do Brasil. As educandas foram: 05 da região sul, 11 da região sudeste, 13 da região centro oeste, 16 da região amazônica e 25 da região nordeste.





19

região
AMAZÔNICA

25

região
NORDESTE

12

região
CENTRO-
OESTE

11

região
SUDESTE

5 região
SUL



Destas 70 mulheres,
5 se identificaram
como mulheres
TRANSEXUAIS.

Parceria histórica fortalecendo a formação em justiça e direitos humanos enquanto política pública de acesso às mulheres camponesas !

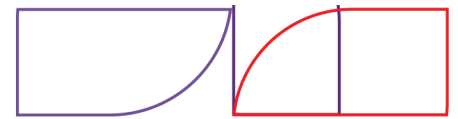
A formação política sempre foi princípio organizativo do MST, desde a construção dos primeiros acampamentos e assentamentos. Costumamos dizer que a luta pela terra é a primeira escola Sem Terra e, com o passar do tempo, fomos reconhecendo que em todos os espaços, tarefas e construções as mulheres tiveram e têm participação fundamental. **A participação das mulheres no MST faz a luta por reforma agrária avançar!**

As mulheres possuem um jeito de perceber o mundo diferente! Resultado de uma socialização de gênero desigual, mas que também promove contradições e as contradições, quando refletidas com a intencionalidade da classe trabalhadora, podem fazer a luta avançar. **As mulheres foram fazendo da luta pela terra a luta por educação, por saúde, pela produção de alimentos saudáveis, por uma cultura contra hegemônica e foram projetando o que almejamos enquanto novas relações humanas.**

“Quantas vezes fervemos panelas, cuidamos as crianças, organizamos o terreiro para a vida, erguemos casas do impossível e rompemos o silêncio antes que alguém se desse conta? Nos embrenhamos nas madrugadas, cúmplices, e em fogo, paramos os trens da morte, os caminhões de venenos e o plantio das sementes transgênicas. Enlameadas, choramos e enteramos nossos mortos. Em luta e reza, nos fortalecemos pra defender nossos corpos e nossa terra. Preparamos desde a alma o unguento, o remédio, a cura. Plantamos a resistência, sob a batida dos tambores ancestrais, que nos convocam, novamente, a pôr nossos pés a caminho. Vestidas de chita, coloridas num misto de fúria, medo e alegria, lutamos por nosso direito de existir. Avisem que é hora de tremer o chão, pois mulheres em luta não vão sucumbir! “. Carta aberta das Mulheres Sem Terra na Jornada de Lutas do 8 de março de 2025

Foi no fervor do caldeirão cotidiano das camponesas, que as mulheres foram fazendo da luta por reforma agrária uma luta feminista. Não foi em um passe de mágicas ou por uma vontade qualquer. Foi resultado da luta concreta das mulheres contra o latifúndio, que a concentração fundiária passou a fazer parte não somente de um projeto de classe, mas também de gênero e raça! **O latifúndio é patriarcal e racista, pois é a expressão do capital no campo em todas as suas dimensões de reprodução e domínio.**

Assim, fomos aportando na história da luta das mulheres socialistas a construção do feminismo camponês e popular enquanto ação política, em movimento, em construção desde os territórios camponeses do MST. Foram cercas rompidas, sementes transgênicas eliminadas, corporações denunciadas e, o melhor, foram e são confrontadas permanentemente por um projeto de sociedade em semeadura de vida, resistência, produção de alimentos e relações emancipadas. Sim, porque enquanto cultivamos a terra, cultivamos uma outra forma de ser gente! Por isso, o nosso projeto de



sociedade precisa derrotar as violências!

Também fomos avançando em temas que outrora nos foi estranho. O que justiça reprodutiva tem a ver com reforma agrária? O que o encarceramento feminino tem a ver com as mulheres camponesas? Com isso, fomos alargando o nosso entendimento de justiça e direitos humanos, avançando com quem vai no mesmo rumo e ampliando a noção de justiça social relacionando a vida das mulheres a diferentes temas que interessam à classe trabalhadora.

Com o Curso de Defensoras Populares do Campo reafirmamos o aprendizado de que a consciência organizativa e revolucionária não é um acaso espontâneo, senão uma construção coletiva, projetiva e fundamentada na práxis política concreta na realidade. Por isso, as educandas do curso estiveram inseridas nas mais diversas tarefas do Movimento. As aulas virtuais foram cheias de presença! mas, o acompanhamento das tarefas organizativas ao longo do ano ajudou a dar sentido aos momentos de aula do Curso. Foram feiras da reforma agrária, encontros estaduais, processos formativos, jornadas de lutas do calendário do MST que foram fortalecidas por estas companheiras, agora, então, defensoras!

Também foram realizados trabalhos de tempo comunidade que tiveram como finalidade promover a realização de tarefas práticas no lugar onde a educanda está inserida envolvendo a sua realidade e o eixo temático proposto no curso. Foram descobertos relógios de tempos de trabalho invisíveis das mulheres, sobrecargas contadas e promessas de novos relógios porvir, mais justos consigo mesmas. Afinal, fomos aprendendo que o privado é político!

No segundo trabalho de tempo comunidade, nos perguntamos o que temos consumido culturalmente que reproduz a lógica das opressões sob a vida das mulheres?. Questionamos hábitos, “gostos” e naturalizações de conteúdos machistas ao nosso redor e apontamos para a uma cultura que constrói a nossa militância com gosto, gozo e fervor.

Este caderno de experiência sintetiza um pouco do que foi o curso, sem qualquer pretensão de dar conta com integralidade de conteúdos e reflexões construídas ao longo do ano, aqui está uma representação teórica com textos que sintetizam os eixos de temáticos trabalhados no curso e relatos dos trabalhos de tempo comunidade e encontros regionais.

Em virtude do tempo de produção do caderno de experiência, aqui não estão sistematizados o terceiro trabalho de tempo comunidade e o seminário final do Curso. O material buscou ser entregue na oportunidade do referido seminário.

A sequência de textos aqui apresentada são de autoras que ministraram aulas durante o curso e representam os eixos temáticos das aulas, com exceção do texto Tithi Bhattacharya, autora norte americana indicada pela professora do curso Marina Gouvêa:



Eixo I:

Formação agrária, social e econômica brasileira – como o capitalismo, racismo e patriarcado conformam a sociedade;

Texto 1:

Por que o marxismo é fundamental para a luta das mulheres trabalhadoras? Por Marina Gouvêa

Texto 2:

O que é a teoria da reprodução social? Por Tithi Bhattacharya

Eixo II:

Feminismos e luta das mulheres do campo;

Texto 3:

as mulheres e o feminismo na lutas socialistas no Brasil – Por Ândrea Francine Batista

Eixo III:

Direitos humanos das mulheres – uma longa e inacabada construção

Aspectos legais da violência contra a mulher: avanços e desafios

– Por Lorena Cordeiro de Oliveira

Justiça Reprodutiva e Religião: apontamentos para uma conversa

– Por Pâmela Cervelin Grassi

Às educandas, esperamos que a sistematização represente o processo formativo vivenciado.

Aos/às leitores/as externos/as à turma, esperamos intercambiar aprendizados e inspirar novos e outros processos porque seguem sendo necessários para a transformação da sociedade em que somos construtoras.

Coordenação Política e Pedagógica do Curso Nacional de Defensoras Populares do Campo – Setor de Gênero do MST



2. PROGRAMA DO CURSO DE DEFENSORAS POPULARES DO CAMPO

Eixo Temático	Tema de aula	Encontros/horas
Formação agrária, social e econômica brasileira – como o capitalismo, racismo e patriarcado conformam a sociedade	Formação de defensoras populares: as mulheres camponesas e a construção da Reforma Agrária Popular	4 encontros online
	O nó da opressão das mulheres – capitalismo, racismo e patriarcado;	16 horas
	Patriarcado, racismo e as questões agrária e ambiental;	Tempo Comunidade
	Mulheres e divisão sexual e racial do trabalho (reprodutivo, produtivo, mundo do trabalho, trabalho rural);	28 horas
Feminismos e luta das mulheres do campo	1. História do feminismo	2 encontros online 8 horas
	2. Feminismo Camponês Popular	Tempo Comunidade 14 horas
Direitos humanos das mulheres – uma longa e inacabada construção	1. Violência contra as mulheres	5 encontros online 20 horas Tempo Comunidade 35 horas
	2. Aspectos legais dos direitos das mulheres – acordos internacionais, base legal – avanços e desafios	
	3. Direitos reprodutivos e direito sobre os corpos	
	4. Encarceramento e judicialização das mulheres	
	5. Políticas Públicas para as mulheres – quais e como chegam ao campo	
Seminário de apresentação das experiências	Direitos humanos das mulheres na Reforma Agrária Popular e a construção das relações humanas emancipadas	Encontro presencial na ENFF



3. EIXO I

FORMAÇÃO AGRÁRIA, SOCIAL E ECONÔMICA BRASILEIRA – COMO O CAPITALISMO, RACISMO E PATRIARCADO CONFORMAM A SOCIEDADE

3.1 Por que o marxismo é fundamental para a luta das mulheres trabalhadoras?

Por Marina Gouvêa*
Da Página do MST

Há quem defenda que as lutas das mulheres dividem nossas filas. Que o importante é a identidade de classe e que, dentro da classe trabalhadora, “somos todos iguais”. A verdade, porém, é que não somos. Mesmo dentro de nossas organizações da esquerda, muitas vezes as mulheres são sobrecarregadas em tarefas como garantir o cafezinho, fazer a secretaria, dar conta do cuidado das crianças. Ao mesmo tempo, o poder de fala e os cargos de direção são frequentemente hegemônicos por homens.

Esse tipo de divisão do trabalho termina reproduzindo desigualdades que, em nossa sociedade, contribuem para a própria acumulação capitalista e para o aumento dos lucros da classe dominante. É fundamental que todos os companheiros entendam isso e assumam esse enfrentamento como seu.

O marxismo é fundamental para a luta das mulheres trabalhadoras em dois sentidos: 1) como ferramenta para ajudar a compreender e transformar o mundo de hoje; 2) devido aos exemplos de transformações nas quais o marxismo já serviu como ferramenta de transformação ao longo da história.

Veremos aqui alguns aspectos dessa relação

Um primeiro elemento importante de reconhecer é que nós somos animais cuja natureza é social. Criamos cultura, reproduzimos e transformamos valores. Nossa natureza biológica não pode ser separada de nossa sociabilidade e a forma como nos reproduzimos enquanto animais é sempre culturalmente determinada. Nada em nós deve ser naturalizado, ou tomado como inevitável. E a perspectiva materialista, histórica e dialética que o marxismo traz é crucial para essa desnaturalização.

Quando uma companheira é colocada para passar o cafezinho – como se essa tarefa naturalmente coubesse a ela –, ou quando é automático que fiquemos responsáveis por alguma relatoria de maneira assessoria aos homens, estamos coletivamente reproduzindo a divisão social do trabalho da sociedade capitalista: racista e misógina.

Nossa sociedade naturaliza todos os dias a desumanização de mulheres,

o feminicídio, a cultura do estupro, a objetificação e o silenciamento. Isso tudo se reflete inclusive na própria esquerda e são valores contra os quais devemos lutar. São estruturantes da sociabilidade capitalista.

Em termos da divisão do trabalho, a generificação binária e a desumanização do feminino traz a desvalorização também das tarefas que são vistas como “trabalho de mulher” e uma divisão binário-generificada do trabalho. A desvalorização dessas tarefas, por sua vez, traz a invisibilização das mesmas: a cada 10 horas de trabalho realizado por mulheres no mundo, 6 horas e meia são totalmente invisibilizadas e não são sequer consideradas como trabalho.

Grande parte desse trabalho reprodutivo – como o trabalho doméstico e de cuidado não assalariados – não é reconhecido como fundamental para a reprodução da vida e do mundo. No entanto, se ninguém o realizasse, seria impossível sobrevivermos! Tal trabalho não é reconhecido como necessário sequer para a reprodução da nossa própria capacidade de seguir trabalhando, isto é, de nossa força de trabalho, o que faz com que estas tarefas frequentemente não sejam remuneradas. Elas só entram na conta dos salários da parcela mais bem remunerada da classe trabalhadora, que recebe o suficiente para comer em restaurantes ou, no Brasil, como herança da escravização, para contratar os serviços de uma trabalhadora doméstica.

Quando remuneradas, por sua vez, estas tarefas seguem sendo desvalorizadas, mesmo se forem realizadas por homens. As mulheres que as realizam, por sua vez, geralmente acumulam esse trabalho tanto para fora quanto dentro de casa, de maneira invisível, com jornadas de trabalho duplas ou triplas. No mundo, 8 a cada 10 trabalhadoras domésticas, babás e cuidadoras são mulheres. No Brasil, este número sobe para 9. E, a cada 10 delas, mais de 6 são negras. Nas regiões Norte e Oeste do país, a maior parte das trabalhadoras domésticas têm origem indígena.

Nesse sentido, o marxismo nos dá ferramentas para pensar como a acumulação capitalista afeta toda a nossa subjetividade, todas as nossas relações interpessoais, de amizade, familiares, afetivossexuais. O valor de troca subordina eticamente o conjunto de valores da nossa sociedade. Por outro lado, essa percepção indica também a importância de construirmos, em nossa luta, valores relacionados ao cuidado e à comunidade, que são costumeiramente associados à natureza e ao feminino. Esta construção de novos valores é um dos pilares do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra e é ainda mais importante nesse momento, de crise ambiental capitalista, no qual enfrentamos catástrofes climáticas, extinção de espécies e o risco da extinção da nossa própria espécie.

O marxismo é fundamental para a luta das mulheres trabalhadoras, ainda, porque nos ajuda a compreender que, apesar das relações patriarcais de gênero afetarem todas as mulheres, há mulheres que são inimigas de classe e se beneficiam dessa diferença de gêneros na divisão do trabalho: o fato de que a maior parte do trabalho reprodutivo seja desvalorizada, invisibilizada e não contabilizada na determinação dos salários da classe

trabalhadora permite que a classe dominante se aproprie, sob a forma de lucro, de uma parcela maior de todo o valor que é produzido. E isso beneficia também mulheres da classe dominante.

Já desde o século XIX, o marxismo nos ajuda a ir além do feminismo liberal, que exigia apenas igualdade de salários e cargos, ou o direito ao voto feminino. Até hoje, as experiências de revoluções socialistas foram aquelas que conquistaram a maior proporção de direitos efetivos para mulheres. A União Soviética, por exemplo, não apenas foi o primeiro país a pagar salários iguais a mulheres e homens pelo mesmo trabalho, mas realizou as primeiras experiências de socialização do trabalho doméstico, com restaurantes comunitários, lavanderias públicas e creches. A URSS foi a primeira a garantir tanto o voto quanto a eleição de mulheres (1917), a regularizar o casamento civil e o divórcio por vontade também da mulher (1918) e a garantir o direito ao aborto (1920), bem como cuidados reprodutivos a gestantes e lactantes. Em Cuba, outro exemplo de socialismo, existem até hoje restaurantes públicos coletivos e mais da metade das deputadas da Assembleia Nacional são mulheres.

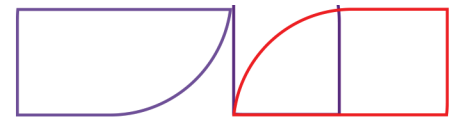
Também na construção de lutas que não chegaram a tomar o poder, o marxismo tem sido fundamental para a compreensão e transformação da realidade. A perspectiva de totalidade presente na contribuição de marxistas negras como Angela Davis, por exemplo, é fundamental para compreender o papel da violência e da desumanização de pessoas negras para a reprodução da força de trabalho no capitalismo, em particular o papel da violência e do estupro contra mulheres negras, confrontando perspectivas que idealizam a branquitude como sujeito universal.

O marxismo nos permite, assim, ir além também de uma naturalização essencializada do feminino que imagine que todas as mulheres “são irmãs”, muitas vezes racista e transfóbica. O feminismo marxista permite focar o conjunto da reprodução social e compreender a relação entre classe, raça e gênero verdadeiramente como totalidade. Não apenas como opressões diferentes que se cruzam, mas na constituição concreta da classe trabalhadora, indissociável da reprodução social capitalista.

É verdade que nem sempre, na história do marxismo, isso foi assim. E que, até hoje, há muita gente que defende uma perspectiva marxista fechando os olhos para o racismo, para a misoginia, para a transfobia e para tantas outras dimensões estruturais para a acumulação capitalista. O marxismo mais fértil como ferramenta de luta, porém, é aquele que busca entender a realidade enquanto totalidade, como ela é e, a partir do reconhecimento das contradições nas quais estamos inseridos, buscar superá-las coletivamente.

O marxismo e o feminismo também são construções históricas, e cabe a nós lutarmos pelo marxismo e pelo feminismo que queremos construir.

**Professora da UFRJ, economista e colaboradora da Escola Nacional Florestan Fernandes. Referências: BUTT et alli. “Alternativas radicais ao PIB: a urgência de buscar alternativas feministas e decoloniais”. Londres: Oxfam, 2023. LAWSON et alli. Tempo de cuidar. Londres: OXFAM, 2020. Dados do Dieese. Disponíveis em <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. *Editado por Lays Furtado*



3.2 O que é a teoria da reprodução social?

Tithi Bhattacharya

Publicado em: 8 de março de 2019

Uma das acusações mais comuns contra o marxismo é que como teoria está focado na “classe” às expensas do gênero.

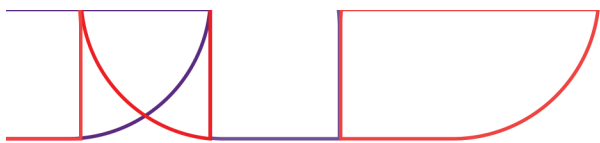
É importante estabelecer desde o princípio que a história das organizações que se dizem “marxistas” nem sempre foi positiva no que diz respeito às categorias de opressão, como o gênero e a raça. Todo mundo conhece alguém a quem um homem “marxista” tenha dito que assuntos “menores” como o sexismo ou o racismo se resolverão “depois da revolução”, portanto, nesse meio tempo, todos devemos por as mãos à obra e trabalhar em nossa luta de classes. Os incidentes de assédio sexual por parte de homens marxistas desafortunadamente também não são raros nas organizações de esquerda, tanto no passado quanto no presente.

Em diversos exemplos de verdadeiro assédio, as mulheres relataram sentir-se rejeitadas, minadas e institucionalmente descartadas dentro das organizações. As vozes de mulheres ativistas como as comunistas indianas envolvidas na histórica luta de Telengana de 1947, comunistas britânicas como Doris Lessing, ou Peggy Dennis, membro destacado do Partido Comunista dos Estados Unidos, contam histórias desalentadoras de sexismo e desapontamento nas organizações que elas viam como o trabalho de suas vidas e fonte de esperança.

Esse registro é particularmente terrível porque muitas de nós nos tornamos marxistas precisamente por que se supõe que revolucionários marxistas são os mais intolerantes com a opressão de gênero. Nos unimos às organizações revolucionárias porque pensamos no marxismo como uma teoria insurgente, que luta por – mas que nunca fica satisfeita com – qualquer reforma que ofereça o sistema e que apela à demolição completa do capitalismo – e é uma das melhores armas para lutar pela liberação feminina e pela justiça de gênero. Esse é o motivo, se somos revolucionários sérios e não irreflexivos predicadores do dogma, pelo qual temos que considerar que existem dois aspectos mutuamente contraditórios da história do marxismo que temos que levar em conta.

Teoria Marxista

Há um insight subdesenvolvido no coração da análise de Marx sobre o capitalismo. N’O Capital, Livro 1, Marx identifica a “força de trabalho”, ou nossa capacidade de trabalhar, como a “mercadoria especial” que o capitalista necessita para colocar o sistema em movimento e mantê-lo em funcionamento. Nossa força de trabalho, nos diz Marx, tem a “propriedade peculiar de ser uma fonte de valor” porque com essa força de trabalho criamos mercadorias e valor para o capitalismo. A apropriação do nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte de seu domínio. Então, sem essa força de trabalho o sistema colapsaria.



Mas Marx é frustrantemente silencioso sobre o resto da história. Se a força de trabalho produz valor, como então a força de trabalho produz a si mesma? Certamente os trabalhadores não brotam do chão para chegar ao mercado, frescos e prontos para vender sua força de trabalho ao capitalista.

Esse é o ponto a partir de onde posteriores estudiosos marxistas como Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais recentemente, Susan Ferguson e David McNally se apropriaram da visão transformadora, mas incompleta, de Marx e a desenvolveram ainda mais. Talvez seja importante para nós lembrarmos nesse contexto o potencial e a criatividade inerentes a tradição marxista, corretamente referida como uma tradição viva, a qual permitiu às novas gerações de marxistas examiná-la criticamente e expandi-la.

Olhando de perto *O Capital* de Marx, estes estudiosos argumentam que a chave do sistema, nossa força de trabalho, na verdade se produz e se reproduz fora da produção capitalista, em um espaço “baseado em parentesco” chamado família. Em uma passagem excelente, Vogel explica claramente a conexão entre luta de classes e opressão das mulheres:

A luta de classes sobre as condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nestas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a ...renovação de uma classe subordinada de produtores diretos comprometidos com o processo laboral. Normalmente, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para repor essa classe e a capacidade das mulheres para ter filhos tem um papel decisivo na sociedade de classes... Nas classes proprietárias... a opressão das mulheres flui do seu papel na manutenção e na herança da propriedade... nas classes subordinadas... a opressão feminina... deriva do envolvimento das mulheres no processo que renova os produtores diretos, assim como de seu envolvimento na produção. [1]

Este é essencialmente o argumento principal do que Vogel e estas outras marxistas posteriores chamam de “teoria da reprodução social”. A teoria da reprodução social mostra como a “produção de bens e serviços e a produção da vida são partes de um processo integrado”, como expressou Meg Luxton. Se a economia formal é o local da produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas se produzem a si mesmas fora do âmbito da economia formal a um custo muito baixo para o capital.

Em geral, a força de trabalho é reproduzida por três processos interconectados

1. Por atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem regressar a ele. Estas incluem, entre muitas outras, comida, uma cama para dormir, mas também os cuidados com o as questões psíquicas que mantém uma pessoa inteira.
2. Por atividades que mantêm e regeneram aos não trabalhadores

fora do processo de produção – quer dizer aqueles que são trabalhadores futuros ou passados, como as crianças e os adultos fora da força de trabalho por N razões, quer seja a velhice, a invalidez ou o desemprego.

3. Reproduzindo novos trabalhadores, através do parto

Estas atividades, que formam a base mesma do capitalismo no sentido de que reproduzem o trabalhador, são feitas completamente grátis para o sistema por mulheres e homens dentro dos lares e da comunidade. Nos Estados Unidos, as mulheres ainda carregam uma parte desproporcional desse trabalho doméstico.

Segundo uma pesquisa de 2012 [2], as mulheres nos Estados Unidos realizaram 25,9 horas semanais de trabalho doméstico não remunerado em 2010, enquanto que os homens realizaram 18,8 horas, uma diferença de mais de nove horas. A pesquisa inclui tarefas tais como o cuidado com as crianças, a cozinha, as compras e as tarefas domésticas, os trabalhos ocasionais, a jardinagem, entre outros.

Segundo a revista Forbes[3], se o trabalho doméstico não remunerado fosse incluído no cálculo do PIB “o teria elevado em uns 26% em 2010”. Mas, claro, também temos que agregar a esta já formidável lista tarefas adicionais não indexáveis, tais como fornecer atenção psíquica e apoio tanto aos empregados como aos não empregados do lar. Qualquer uma que tenha precisado acalmar uma criança depois de um dia duro em seu próprio local de trabalho ou cuidar de um pai idoso depois de um turno esgotante, sabe o quão importante podem ser essas tarefas aparentemente não materiais.

A ideia mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que de maneira desigual, a esfera da reprodução e a esfera da produção. As mudanças em uma esfera têm efeito na outra. Salários baixos e a tendência neoliberal a redução dos custos no trabalho podem gerar execuções hipotecárias e violência doméstica no lar.

Por que esta é a ideia mais importante? Porque dá substância histórica real a compreensão de: a) quem é um “trabalhador” e b) de que maneiras o trabalhador pode lutar contra o sistema. O mais importante é que esta teoria nos ajuda a compreender que qualquer vitória pelos direitos de gênero que realizarmos tanto na economia formal quanto fora dela somente pode ser temporária porque a base material da opressão das mulheres está ligada ao sistema em seu conjunto. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e da emancipação necessita recorrer a uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si.

A importância da esfera da produção

Se as mulheres proporcionam o principal apoio para o capitalismo fora do local de trabalho através de seu trabalho não remunerado, isso faz com que os problemas do local de trabalho sejam então problemas de homens?

Qualquer um que espere encontrar o estereótipo do século XIX do trabalhador branco em seu macacão com sua chave de porca deveria dar uma olhada ao mercado laboral norte-americano.

A grande maioria das mulheres nos Estados Unidos tem que trabalhar para viver. Isso significa que vendem sua força de trabalho no mercado e são trabalhadoras. As mulheres representam a metade, uns 47%, da força de trabalho norte americana e a porcentagem das mães casadas que trabalham aumentou de 37% em 1968 para 65% em 2011. Segundo um estudo do Centro de Pesquisas Pew [4] publicado este ano, um recorde de 40% das mães estadunidenses são o principal sustento de suas famílias, em comparação com meros 11% em 1960.

Se bem que a filiação sindical é baixa para todos os trabalhadores do EUA, a quantidade de mulheres sindicalizadas não está muito atrás do número de homens sindicalizados. Segundo a agência de estatísticas laborais dos EUA [5], mesmo depois da forte queda na filiação sindical desde a recessão, as cifras de 2012 demonstram que a taxa de sindicalização foi de 12% para os homens, comparado com 10,5% para as mulheres. Esses dados também mostram que os trabalhadores negros eram mais propensos a ser membros de sindicatos que brancos, asiáticos ou latinos homólogos.

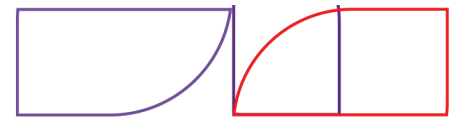
Portanto, disso se deduz que qualquer um que argumente que os problemas das mulheres têm a ver somente com o que experimentamos ou suportamos no lar (violência sexual, saúde reprodutiva, cuidado infantil, etc.), ou fora da esfera de produção, está simplesmente incorreto. Qualquer discussão sobre os salários ou o local de trabalho, sobre a organização laboral ou sobre a luta por benefícios é um tema altamente relacionado com o gênero.

Mas há duas tendências radicalmente contraditórias que marcam todas as notícias recentes sobre as mulheres. Uma é a pauperização insuportável da grande maioria das mulheres e a outra é a ascensão de um grupo incrivelmente próspero e multiétnico de mulheres na classe dominante.

Mais de três quartos dos trabalhadores nas dez categoriais de trabalho com salários mais baixos são mulheres e mais de um terço são mulheres de cor. [6] Escrevi antes sobre como os Estados Unidos é um dos quatro únicos países do mundo que carecem de licença maternidade remunerada, o que faz com que seja extremamente difícil para as mulheres serem mães trabalhadoras. Além disso, um terço dos trabalhadores norte-americanos não tem acesso a licença médica remunerada e só 42% tem licença remunerada em caso de doença própria ou na família. [7] Como assinavam corretamente os ativistas sindicais:

Qual é o impacto na saúde pública quando as pessoas trabalhadoras não podem se dar ao luxo de tirar uma licença médica durante uma epidemia de gripe? Quem cuida de uma criança doente? Quem está em casa para preparar o jantar e ajudar com o dever de casa? Quem pode dedicar tempo a um pai ancião enfermo? [8]

Como as mulheres devem equilibrar a carga de trabalho não remune-



rado no lar com o trabalho integral remunerado no local de trabalho? A verdadeira resposta é que elas não podem.

Em 1990, a participação das mulheres na força de trabalho foi de 74%, o que coloca aos Estados Unidos no sexto lugar nesta medição entre 22 países desenvolvidos. Graças as políticas neoliberais das duas décadas seguintes, a participação das mulheres aumentou somente uma fração para 75,2%, enquanto que em outros países industrializados, aumentou de 67% para cerca de 80%.

Não só as mulheres são obrigadas a trabalhar em tempo parcial, mas a hostilidade do local de trabalho com a natureza de gênero do trabalho doméstico é também o porquê de somente 9% das mães trabalharem mais de 50 horas por semana.

Vamos pensar nisso por um minuto. Se as mães trabalharem, digamos 55 horas por semana e atribuirmos um tempo médio de deslocamento, os sociólogos demonstraram que elas terão que sair de casa as 08h30 da manhã e regressar as 08h30 da noite todos os dias de trabalho.[9]

Apesar dos vastos poderes da internet, as crianças ainda têm que ser buscadas na escola e alimentada por um ser humano vivo e os pais idosos devem ser atendidos pela mesma pessoa. Na maioria dos casos, nos Estados Unidos, esta pessoa segue sendo uma mulher.

Depreende-se da pesquisa acima que qualquer problema relacionado com o lugar de trabalho também se refere às mulheres e ao gênero. As políticas que governam os locais de trabalho têm o poder de afetar às mulheres tanto no trabalho quanto no lar. Mas pelo que deveríamos lutar? Deveríamos lutar pela igualdade salarial em uma economia de salários baixos? Deveríamos lutar pela atenção médica universal, o que facilitaria nossa carga de trabalho? Deveríamos lutar como “mulheres” ou deveríamos lutar como “trabalhadoras”?

Há um grupo particularmente ativo de mulheres que surgiram na mídia nos últimos tempos para defender os direitos das mulheres. Joan C. Williams é uma socióloga muito perspicaz, cujo trabalho sobre classe e gênero deve ser lido amplamente. Mas, recentemente, fez a decepcionante observação de que “o feminismo executivo é exatamente o que necessitamos para impulsionar a estancada revolução de gênero”. [10] Por “feminismo executivo” literalmente se refere ao “feminismo” dos diretores executivos das grandes multinacionais. Ela nomeou a Sheryl Sandberg e a professora de Princeton Anne Marie Slaughter como as líderes dessa “nova fronteira feminista”.

Muitos podem se deleitar com a invasão das salas de reunião corporativas por um punhado de mulheres. Estas salas de reunião e seus campos de golfe contíguos têm sido os bastiões do privilégio masculino de classe alta durante séculos. Contudo, isso nos leva a uma pergunta central: quais são os direitos de gênero se os separarmos da questão da classe? Atuarão as mulheres CEO (diretoras-executivas) no interesse de todas as mulheres?

As melhores políticas para promover os interesses da maioria das mu-



Iheres são também as mesmas políticas que reduzem os lucros do capitalismo como um sistema de produção.

Por exemplo, a saúde pública garantiria que todos os homens, mulheres e crianças, tendo ou não um emprego remunerado, tenham acesso à atenção médica gratuita. Isso reduziria a dependência de uma mulher desempregada de seu parceiro empregado e poderia eventualmente lhe permitir o controle sobre sua saúde e decisões reprodutivas, sem mencionar o apoio à saúde e a atenção com sua família. Ela poderá eleger quando e se quer ter filhos e obter ajuda doméstica gratuita para os membros idosos da família, o que reduziria drasticamente seu próprio trabalho no lar.

Entretanto, a indústria médica é um negócio multimilionário que lutaria contra isso com unhas e dentes. Da mesma maneira, é do interesse das mulheres que tenhamos um salário digno para todos os trabalhadores, já que as mulheres se encontram desproporcionalmente entre as pessoas pior pagas da economia. Ali também, nos chocaríamos com os lucros do Capitalismo e seria uma batalha difícil de ganhar.

As Sheryl Sandbergs do mundo são claras guerreiras de classe que utilizam a linguagem dos direitos das mulheres para reforçar um sistema que só beneficia sua própria classe. A milionária Sandberg inclusive se negou a pagar seus próprios estagiários até que um protesto público a fez mudar de decisão.

A mensagem central que vem desta nova geração de mulheres CEO é que trabalhar e trabalhar mais pesado liberará às mulheres.

É certo que a independência econômica das mulheres é um direito duramente conquistado que deve ser reforçado constantemente mediante a luta. É por isso que encontramos nos escritos dos primeiros marxistas, como Nadezhda Krupskaya, uma forte ênfase no trabalho das mulheres na esfera da produção e seu potencial emancipador.

Mas a "independência" econômica parece muito melhor em Sheryl Sandberg do que na mãe que trabalha no Taco Bell – porque a relação de Sandberg com o capitalismo, como uma chefe, é de controle, enquanto que a da mãe trabalhadora é de uma perda total de controle. No caso desta última, seu trabalho lhe proporciona uma limitada independência econômica de seu parceiro(a), mas uma completa dependência dos caprichos do mercado.

Quando Sandberg diz que as mulheres precisam trabalhar mais arduamente para obter recompensas, ela está pedindo a uma certa classe de mulheres – a sua – que arranque mais controle dos homens de sua classe, enquanto mantém intacto o sistema que funciona através do trabalho remunerado e não remunerado da maioria das mulheres.

De fato, acadêmicas como Karen Nussbaum argumentam que o sistema criou alguns poucos espaços para as mulheres da classe dominante no topo, a fim de evitar mudanças institucionais mais profundas que transformariam a relação da maioria das mulheres com o trabalho:



Para conter as crescentes demandas das mulheres trabalhadoras, os empregadores criaram oportunidades para algumas mulheres, abrindo empregos profissionais e gerenciais para as graduadas universitárias, resistindo assim a demanda por mudanças institucionais que melhorariam os empregos para todas as mulheres. As mulheres em ambos os extremos da força de trabalho continuaram compartilhando as preocupações comuns da igualdade salarial e das políticas de trabalho-família, mas a intensidade desses temas diferiu na medida que as condições dos grupos iam mudando. Os empregadores haviam criado uma válvula de segurança. As mulheres educadas na universidade que haviam sido caixas de banco se converteram em gerentes de sucursais; as que faziam trabalho administrativo nas editoras estavam se convertendo em editoras. A porcentagem de mulheres gerentes ou em cargos técnicos de nível superior duplicou entre 1970 e 2004, de 19 para 38%. [11]

É reducionista dizer que as batalhas de gênero em nossa sociedade são as mesmas batalhas que as de classe. Mas é correto dizer: a) seguindo a linha de Lise Vogel, que a luta de classes representa a “dinâmica central” do desenvolvimento social e b) que é do interesse do capitalismo como sistema evitar qualquer mudança ampla nas relações de gênero, porque as mudanças reais no gênero, em última análise, afetarão os lucros.

A importância da esfera da reprodução

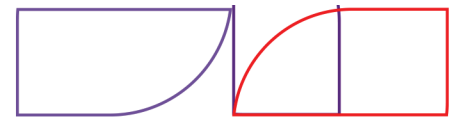
É lógico então que a melhor maneira de lutar pelos direitos das mulheres na esfera da produção seja através das nossas organizações laborais. Existem alguns momentos verdadeiramente inspiradores na história dos trabalhadores nos quais os sindicatos lutaram pelo direito ao aborto, à igualdade salarial e contra a homofobia.

Contudo, a classe trabalhadora não trabalha somente no seu local de trabalho. Uma mulher trabalhadora também dorme em sua casa, seus filhos jogam no parque público e vão à escola local e, algumas vezes, pedem ajuda a sua mãe aposentada para cozinhar. Em outras palavras, as principais funções que reproduzem a classe trabalhadora ocorrem fora do local de trabalho.

Quem entende melhor este processo? O capitalismo. Este é a razão pela qual o capitalismo ataca brutalmente a reprodução social para ganhar a batalha na produção. É por isso que ataca os serviços públicos, empurra a carga de cuidados para as famílias individuais, reduz o cuidado social para fazer com que toda a classe trabalhadora seja vulnerável e menos capaz de resistir aos seus ataques no local de trabalho.

Quem mais entende este processo? Os marxistas revolucionários. É por isso que podemos ser o vínculo entre a esfera da reprodução, a comunidade onde a escola está sendo fechada, o lar onde a mulher é submetida à violência; e a esfera da produção, onde lutamos por benefícios e por salários mais altos.

Nós fazemos isso de duas maneiras. Nós (a) proporcionamos o vínculo



analítico entre as “duas esferas” do sistema único, através da teoria marxista; e (b) atuamos como uma tribuna dos oprimidos, particularmente quando a luta não se generalizou no local de trabalho. Pois não é verdade que a classe trabalhadora não possa lutar na esfera da reprodução. No entanto, é verdade que só se pode ganhar contra o sistema na esfera da produção.

Algumas das lutas mais importantes na história da classe trabalhadora começaram fora da esfera da produção. As duas revoluções mais importantes do mundo moderno, a francesa e a russa, começaram como revoltas por pão, dirigidas por mulheres.

A compreensão do capitalismo como um sistema integrado, onde a produção está sustentada pela reprodução social, pode ajudar os ativistas a compreender a importância das lutas políticas em qualquer das esferas e a necessidade de uni-las.

Tomemos o caso dos direitos reprodutivos, uma das lutas críticas de nossos tempos, que não é diretamente uma luta no local de trabalho. Os direitos reprodutivos se referem simplesmente à capacidade das mulheres terem acesso ao aborto e a contracepção?

Na realidade os direitos reprodutivos deveriam se chamar justiça reprodutiva. Os direitos das mulheres em eleger não somente o direito a não ter bebês, mas também o direito a tê-los. A história das mulheres afro americanas e de outras mulheres de cor nos Estados Unidos está manchada por casos de esterilização forçada por parte do Estado. Ao longo da década de 1960, os estados de Illinois, Iowa, Ohio, Virginia e Tennessee consideraram leis de esterilização compulsória para as mães negras como assistência social. Quando o contraceptivo Norplant foi lançado pela primeira vez no mercado, um editorial no Philadelphia Inquirer sugeriu que era uma solução para a pobreza da população. Um destino similar aguardava as mulheres de Porto Rico. Quando a indústria norte americana, sob o programa econômico da “operação Bootstrap”, foi à ilha em busca de mão de obra barata nos anos 1930 e 1940, muitas fábricas administraram clínicas de controle de natalidade para mulheres trabalhadoras e algumas se negaram a contratar mulheres a menos que tivessem sido esterilizadas.

Além disso, a opção reprodutiva não pode ser só sobre o controle dos nossos ovários. Trata-se de controlar nossas vidas: se queremos ter filhos, quando tê-los, quantos ter, o tempo para cuidar deles, que existam escolas públicas para enviá-los, que nem eles nem seus pais estejam atrás das grades e o mais importante, receber um salário decente para poder tomar decisões sobre todas essas coisas.

O New York Times informou esta semana que houve uma diminuição de 9 por cento na taxa de fertilidade de 2007 a 2011, uma queda que os demógrafos creem que “começou depois que a recessão se estendeu e as estadunidenses começaram a se sentir menos seguras sobre suas situações econômicas”. Em outras palavras, o Times acaba de descobrir que a maioria das mulheres comuns e correntes preferem ter filhos quando sente



que tem meios econômicos para alimentá-los e criá-los!

Portanto, a questão da reprodução está ligada às questões mais fundamentais de nossa sociedade: quem trabalha, pra quem e por quanto tempo.

Por uma luta integrada contra o capitalismo

Neste momento particular da crise neoliberal, o gênero está sendo utilizado como a arma de luta de classe por parte do capital. A reiterada defesa de casos de violação por figuras do establishment, o severo ataque aos direitos reprodutivos e a crescente transfobia são resultados do capitalismo tentando de diversas formas resolver a crise econômica mediante ataques à vida da classe trabalhadora, tanto no trabalho, quanto no lar.

Nossa solução como revolucionários marxistas não é simplesmente falar sobre a importância da luta de classes, mas vincular as lutas da economia formal com as que estão fora dela. Para que isso aconteça, é menos importante que “ganhemos a discussão” com as identidades oprimidas. É mais importante que ganhemos sua confiança, sendo os lutadores mais intransigentes na casa e no trabalho.

Essa é a razão pela qual nas organizações onde lutamos por salários (por exemplo, nossos sindicatos) temos que levantar a questão da justiça reprodutiva; e em nossas organizações onde lutamos contra o sexismo e o racismo, temos que levantar a questão dos salários. Precisamos de uma geração de mulheres e homens rebeldes para fazer essa conexão em nossos locais de trabalho, em nossos campi e nas ruas. Essa é a verdadeira tradição do marxismo.



** Tithi Bhattacharya é professora de História do Sul da Ásia e Diretora do Centro de Estudos Globais na Universidade de Purdue (EUA). Ela é uma proeminente feminista marxista e uma das organizadoras da Greve Internacional de Mulheres nos Estados Unidos, além de ativista da causa palestina. É coautora do manifesto “Feminismo para os 99%”, junto com Cinzia Arruza e Nancy Fraser (São Paulo: Boitempo, 2019).*

NOTAS

1. Vogel, Lise, *Marxism and the oppression of women: towards an unitary theory*, Leiden, Brill, 2013 (1ª ed. 1983), p. 129. (ênfase da autora)
2. Bridigman, B. (e outros), *Accounting for Household Production in the National Accounts, 1965–2010* (Maio de 2012), https://apps.bea.gov/scb/pdf/2012/05%20May/0512_household.pdf, último acesso em fevereiro de 2019.
3. Covert, Bryce, *Putting a Price Tag on Unpaid Housework*, *Forbes*, 30/05/2012, <https://www.forbes.com/sites/brycecovert/2012/05/30/putting-a-price-tag-on-unpaid-housework/#4148e07d35c6>, última consulta fevereiro de 2019
4. Wang (e outros) *Breadwinner Moms*, maio de 2013, <https://www.pewsocialtrends.org/2013/05/29/breadwinner-moms/>, último acesso em fevereiro de 2019.
5. Conforme <https://www.bls.gov/news.release/pdf/union2.pdf>, última consulta em fevereiro de 2019.
6. *Women of color no original*, referindo-se a mulheres “não brancas” na classificação usual nos Estados Unidos, o que inclui latinas, asiáticas e mulheres das populações nativas americanas (indígenas).
7. Tithi Bhattacharya, Marisa Mayer, *the family and capitalism*, *Socialist Worker*, março de 2013, <https://socialistworker.org/2013/03/14/marissa-mayer-and-the-family>, último acesso em fevereiro de 2019.
8. *Improving work-life balance*, <https://aflcio.org/what-unions-do/empower-workers/work-life-balance>, último acesso em fevereiro de 2019.
9. Williams, Joan, *Why men work so many hours?*, *Harvard Business Review*, maio de 2013, <https://hbr.org/2013/05/why-men-work-so-many-hours>, último acesso em fevereiro de 2019.
10. Williams, Joan & Dempsey, Rachel, *The rise of executive feminism*, *Harvard Business Review*, março de 2013, <https://hbr.org/2013/03/the-rise-of-executive-feminism>, último acesso fevereiro de 2019.
11. Nussbaum, Karen, “Working women’s insurgent consciousness”, Cobble, D. S. (ed.), *The Sex of Class: Women Transforming American Labor*, edited by Dorothy Sue Cobble, 1st ed., Cornell University Press, 2007, p. 165.
12. Gutiérrez, Elena & Fuentes, Liza, *Population Control by Sterilization: The Cases of Puerto Rican and Mexican-Origin Women in the United States*, *Latino(a) Research Review*, Volume 7, Number 3, 2009–2010, <https://www.albany.edu/celac/LRR%202010.pdf>, último acesso em fevereiro de 2019.
13. Tavernise, Sabrina, *Fertility Rate Stabilizes as the Economy Grows*, *New York Times*, 6/09/2013, <https://www.nytimes.com/2013/09/06/health/fertility-rate-stabilizes-as-the-economy-grows.html>, último acesso em fevereiro de 2019.

4. EIXO II

FEMINISMO E LUTA DAS MULHERES DO CAMPO

4.1 As mulheres e o feminismo na lutas socialistas no Brasil¹

Ândrea francine batista²

Introdução

A memória da participação das mulheres nas lutas populares do Brasil foi em grande medida invisibilizada, embora elas estivessem organicamente atuando em diferentes frentes, processos e organizações políticas. Reaver esse percurso é, portanto, uma tarefa coletiva, de muitas mãos, que exige investigação e debate em torno do papel do feminismo na luta revolucionária.

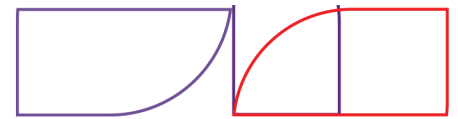
As poucas linhas que aqui traçamos buscam apresentar alguns elementos para a construção de um inventário da participação da mulher na história do movimento socialista no Brasil, e ao mesmo tempo, traçar aspectos da trajetória do feminismo revolucionário e seu papel estratégico para a emancipação humana.

Nesse sentido, é importante considerar alguns pressupostos que permeiam as formulações que apresentamos nesse texto. O primeiro deles, é que o patriarcado, o machismo e o racismo configuram-se frações/expressões componentes de uma estrutura social fundada na dominação de classes, e que de maneira combinada atuam singularmente na particularidade de cada território, de cada tempo histórico. Nesse sentido, tomar como rumo a “emancipação humana”³, nos exige cada vez mais ações contundentes na totalidade destas relações.

O segundo pressuposto é de que a práxis do feminismo se ramifica em diferentes correntes. Dentre elas, salientamos neste estudo a perspectiva do feminismo revolucionário, que se caracteriza especialmente pela determinação de que a situação de desigualdade, opressão e exploração das mulheres não se resolverá no escopo da sociedade capitalista, mas sim no âmbito da transformação radical da sociedade. Sendo assim, nos fervorosos debates no âmbito da “tradição” revolucionária⁴, o tema da condição da mulher e sua participação na luta socialista também é impregnado de diferenças e divergências, não obstante, convergem na bandeira da superação da ordem capitalista.

O terceiro pressuposto que consideramos fundamental, é de que a contribuição das mulheres na trajetória da luta socialista no Brasil não ficou circunscrita ao debate feminista no interior de suas organizações, mas também na luta política, econômica e organizativa de cada período.

¹Adaptação do texto intitulado “A Mulher na História das Lutas Socialistas no Brasil”, publicado no Dossiê História & Gênero da Revista História & Luta de Classes, número 32, em 2021. ²Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral. Educadora popular voluntária da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), MST. ³MARX, Karl. Para a Questão Judaica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



Assim, a sistematização que aqui apresentamos, busca destacar o papel das mulheres na participação da história do movimento socialista no Brasil, bem como da construção do feminismo revolucionário no país. Para melhor visualização dessa trajetória, organizamos a apresentação por períodos históricos identificados como: a) As mulheres no nascimento das Ideias Socialistas no Brasil; b) As Mulheres Libertárias no Movimento Anarquista; c) As Mulheres no Movimento Comunista; d) As Mulheres nas lutas contra a Ditadura Militar de 1964; e) As Mulheres socialistas no processo de redemocratização; e) A práxis das mulheres camponesas: Feminismo Camponês e Popular. Em cada um desses momentos pulsou a rebeldia a partir de formas organizativas e leituras sobre a formação social do país que carregaram os desafios históricos pertinentes a sua época.

O exercício da produção desse texto busca remontar informações a partir de registros poucos e dispersos. Alguns, a partir de fontes primárias (especialmente documentos históricos de organizações, jornais de época, jornais de organizações revolucionárias, discursos transcritos de mulheres), mas também de biografias e obras que se lançaram frente ao desafio de sistematizar essa trajetória. Consideramos esse escrito como um singelo convite ao estudo aprofundado dos desafios da mulher da classe trabalhadora e da luta revolucionária frente à crise estrutural do sistema capitalista.

As mulheres no nascimento das Ideias Socialistas no Brasil

O processo de colonização das Américas foi parte integrante do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A espoliação, a expropriação dos países colonizados, serviu à acumulação originária de capital para os países centrais, e, frequentemente reconfigurou-se ao longo da história, na medida em que era necessário mudanças substanciais para um salto de qualidade no desenvolvimento do próprio sistema.

No Brasil, a colonização, banhada por massacres, enfrentou a resistência dos diferentes povos indígenas existentes no país. Podemos citar o papel das icamiabas, mulheres indígenas guerreiras da Amazonia que enfrentaram colonizadores espanhóis. A resistência dos povos africanos escravizados também marcou a formação socioeconômica, política e cultural de nosso país, onde os quilombos e sua estrutura organizativa inauguraram um largo período⁵. Aqualtune, Dandara (Quilombo de Palmares), Tereza de Benghela (Quilombo do Quariterê), Luísa Mahín (Revolta dos Malês), Preta Simoa (Greve dos Jangadeiros) entre tantas outras mulheres⁶, fizeram a história da resistência negra ao escravismo.

Enquanto no Brasil a resistência anticolonial, anti-escravocrata e repu-

⁴Nos referimos especialmente às discussões internas na organização internacional dos trabalhadores e trabalhadoras, as quais desembocaram em rupturas significativas. Foi o caso do debate entre anarquistas e marxistas na Associação Internacional de Trabalhadores (AIT); o debate sobre os problemas da social-democracia na II Internacional; ou ainda os debates no interior da III Internacional e IV Internacional. ⁵MOURA, Clóvis. *Quilombos: Resistência ao Escravismo*. SP: Expressão Popular, 2020. ⁶MONTENEGRO, Ana. *Mulheres: participação nas lutas populares*. Salvador: M & S Gráfica e Editora Ltda, 1985.



blicana se estendia ao longo da história, nos países-centro do desenvolvimento capitalista nasciam as ideias socialistas em contestação às suas consequências. Na segunda metade do século XVIII uma organização clandestina chamada “Conspiração dos Iguais” anunciava a possibilidade de uma revolução mais profunda. Nasciam as “utopias socialistas” pautando-se na superação da sociedade burguesa. Para isso, diferentes caminhos foram propostos: Henri Saint Simon (França, 1760-1825) fundou o “socialismo cristão”; Charles François Fourier (França, 1772-1837) projetou as comunidades falanstérios; e Robert Owen (Inglaterra, 1771-1858) propunha a organização de colônias cooperativas. Essas discussões tiveram repercussão na organização e atuação política da classe trabalhadora⁷. Destacamos os escritos da francesa-peruana Flora Tristán (1803-1844) que já anunciava a necessidade de unidade e solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Esses ideais encontraram ressonância nas lutas independentistas e anti-escravocratas na América Latina. Haiti destacou-se como a primeira nação a declarar independência e abolir a escravidão⁸. Manuela Saenz (1797-1856) e Rosa Campuzano (1796-1851), equatorianas, lutaram ao lado de Simón Bolívar (Venezuela, 1783-1830) e José de San Martín (Argentina, 1778-1850) pela independência das colônias espanholas sul-americanas e pela construção da “Grande Pátria”.

No Brasil, as ideias socialistas (inspiradas no pensamento de Saint Simon, Fourier e Owen) ecoam com os ideais republicanos e antiescravocratas. Sob esta inspiração foram criados o Falanstério do Saí, uma comunidade experimental em Santa Catarina (1840), um jornal chamado “O Socialista” (RJ, 1845)⁹ e uma comunidade chamada Colônia Tereza Cristina (PR, 1847) fundada na socialização da terra e no cooperativismo¹⁰. José Inácio de Abreu e Lima (Pernambuco, 1794-1869), que havia lutado no exército libertador de Simón Bolívar, escreve a obra denominada “O Socialismo” (1852), sob a perspectiva do socialismo utópico.

Neste período, sob a influência humanista, Nísia Floresta Brasileira Augusta (RN, 1810-1888), abolicionista, republicana e defensora da educação para mulheres, escreve seu primeiro livro em 1832, denominado “Direito das Mulheres, Injustiça dos Homens”, e em 1853, “Opúsculo Humanitário”. Maria Firmina dos Reis (MA, 1822-1917), filha de escravizada liberta, foi professora abolicionista. Escreveu o romance “Ursula” (1859), o conto “A Escrava” (1887), e o Hino à liberdade dos escravos (1888). Chiquinha Gonzaga (RJ, 1847-1935), militante abolicionista e republicana, foi uma compositora que inaugurou a música popular brasileira.

Enquanto isso, na Europa, o debate entre as correntes socialistas se acirra. Em 1847, é fundada a Liga dos Comunistas e meses mais tarde (fevereiro de 1848) o “Manifesto Comunista” é redigido por Karl Marx e Friederich En-

⁷ KONDER, Leandro. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

⁸ Processo comandado por Toussaint Louverture (1743-1803) e Jean Jacques Dessalines (1758-1806). Contou também com a participação de Sanité Belair (1781-1802), escravizada alforriada que liderou a rebelião de escravizados em L'Artibonite (um estado no Haiti). ⁹ Orientados por Benoît Jules Mure (França, 1809-1858). ¹⁰ Guiados por Jean Maurice Faivre (França, 1795-1858).

gels¹¹ revelando com maior nitidez essas diferenças, e anunciando a perspectiva do “Socialismo científico”.

Anos mais tarde nasce a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) reunindo as diferentes tendências e expressões do movimento operário e das ideias socialistas. Participavam dela: o anarquista Pierre Joseph Proudhon (França, 1809-1865); Ferdinand Lassalle (Alemanha, 1825-1864) que se empenhou na organização de sindicatos; Auguste Blanqui (França, 1805-1881) retomando a “Conspiração dos Iguais”; o anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876); e os alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Essa organização irá se dissolver nos marcos da primeira experiência de poder popular, a Comuna de Paris (1871), na qual participaram mulheres como Louise Michel (França, 1830-1905), Natalie Lemel (França, 1827-1921), e Elizabeth Dmitrief (Russa, 1850-1910), afiliada a AIT.

No Brasil, as mobilizações abolicionistas e republicanas; o crescimento da migração subsidiada pelo governo para o trabalho nos cafezais e na indústria; as lutas camponesas messiânicas de caráter comunitário como o caso de Canudos (1896-1897); a criação de comunas experimentais anarquistas; o surgimento do movimento operário e anarco-sindicalista; o nascimento de jornais operários e anarquistas; foram destacados acontecimentos políticos que abriram passo para o nascimento e amadurecimento dos ideais socialistas no Brasil, consolidando-se a partir de experiências e divergências quanto às formulações estratégicas e táticas de luta¹².

As mulheres libertárias no movimento anarquista (1890-1922)

Entre os anos de 1845 e 1898 existiram cerca de 60 jornais voltados aos trabalhadores ou à discussão do socialismo. Publicados em estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Sergipe e Paraná, muitos deles tiveram um curto tempo de vida.

A partir de 1890, imigrantes anarquistas formaram Comunas Agrícolas Experimentais. Entre elas, podemos destacar a Colônia Anarquista de Guararema (SP) fundada por Artur Campagnolli e seu irmão em 1888, e, a Colônia Experimental Anarquista Cecília, fundada por Giovani Rossi em Palmeira (PR). Nesta, Adele Serventi, Anibal, Giovani Rossi e Jean Gelec, migrantes italianos, constituíram uma família poliândrica a partir da perspectiva do amor livre e da emancipação da mulher¹³.

Após a dissolução da comuna, muitos militantes se somaram na construção do movimento operário no Brasil¹⁴, assim como na construção de jornais anarquistas. Muitos desses jornais eram organizados por mulheres libertárias que também escreviam artigos sobre a luta e a questão femi-

¹¹O Manifesto Comunista foi traduzido no Brasil apenas em 1923 por Octávio Brandão a partir da versão francesa redigida por Laura Lafargue (filha de Marx). Foi publicado no jornal “Voz Cosmopolita”. KONDER, op. cit. ¹²KONDER, op. Cit. ¹³ROSSI, Giovani. Um episódio de amor livre na Colônia Cecília. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005. ¹⁴O movimento operário no Brasil nasce no anarco-sindicalismo. Seu I Congresso ocorreu em abril de 1906 onde se decide pela fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), uma central sindical, e pela publicação do jornal A Voz do Trabalhador (efetivado em 1908). Perseguidos, muitos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas foram deportados através da Lei Adolfo Gordo (1907).

nina. Podemos citar como Matilda Grassi¹⁵, Maria Angelina Soares¹⁶ e Maria Lacerda de Moura¹⁷. Essas mulheres libertárias participaram de greves e comícios com discursos sobre igualdade e emancipação da mulher, denunciando prisões e estupros. Atuaram em organizações femininas como a União das Costureiras Chapeleiras e Classes Anexas no RJ. Participaram de Congressos Operários, como Elvira Boni¹⁸ que presidiu a última seção do III Congresso Operário¹⁹.

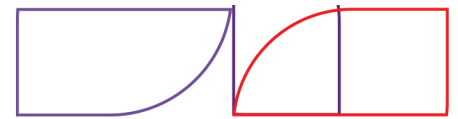
Na Greve de 1917, mulheres como Elvira Boni, Maria Angelina Soares, Isabel Bertolucci Cerruti (SP, 1886-1970) e Maria de Lourdes Nogueira (18?-1967)²⁰, foram imprescindíveis. Operárias da Fábrica Crespi (Mooca, SP) iniciam a greve no mês de junho por aumento de salário, redução de jornada de trabalho e contra o assédio por parte dos supervisores. Ao final de julho, com a morte do jovem operário José Martinez pela cavalaria, a greve se entendia por todo o estado e país.

As libertárias também fizeram teatro político e propaganda anarquista, especialmente em SP e RJ. Maria Lacerda de Moura, Maria Antônia Soares, Maria Angelina Soares, Angelina Valverde, Adelina Santos atuaram em peças como: Sangue Fecundo; 1º. de Maio; O Pecado de Simonia; Infanticídio; A Ceia dos Pobres; e Greve dos Inquilinos. Contribuíram nas Escolas Livres para Trabalhadores e Centros de Estudos Sociais, onde se realizava a alfabetização, a formação sociológica e libertária em especial para a mulher operária²¹. Uma destas experiências foi o Centro Feminino de Educação em SP inaugurado por Isabel Cerruti em 1922. Elas também organizaram moradias e pousadas para anarquistas perseguidos, desempregados ou de passagem por SP e RJ²². Nestes espaços também ocorriam reuniões, redação de jornal, alfabetização, estudos sobre sociologia e anarquismo, como por exemplo, a casa da Família Soares, primeiro em SP e depois no RJ²³.

As mulheres no movimento comunista (1922-1960)

A partir da Revolução Russa de 1917 e da fundação da Internacional Comunista (1919), sucedeu a fundação de partidos comunistas no mundo inteiro. A esperança da possibilidade revolucionária fundamentava os

¹⁵ Migrante italiana que integrou ao movimento libertário. Participou do teatro social fundado por anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo. Contribuiu no jornal *Novos Rumos* (1905), *Amigo do Povo*, e o *Chapeleiro* (SP). No jornal *O Chapeleiro* de 1 de maio de 1904, ela escreve um texto denominado *Emanciparvi*, lançando um alerta às mulheres trabalhadoras para que se libertassem do papel que historicamente lhes foi atribuído, o de donas de casa. ¹⁶ (SP, 1901-RJ, 1985). *Bordadeira, conhece o movimento anarquista em Santos. Em São Paulo (1914) contribuiu nos periódicos Germinal, A Lanterna, A Plebe e O Libertário. Seu primeiro artigo na imprensa anarquista intitulava-se "A Guerra". Participou da fundação do Centro Feminino de Educação, onde se discutiam as ideias feministas e a questão do voto da mulher.* ¹⁷ (MG, 1887-RJ, 1945). *Militante no movimento libertário e antifascista. Colaborou com a imprensa anarquista e operária fundando em 1923 a Revista Renascença. Escreveu no jornal semanal "O Combate" a partir de 1935 onde entrevistou Luiz Carlos Prestes. Foi educadora libertária participando de campanhas de alfabetização de adultos. A partir de 1926 passou a viver na comunidade anarquista em Guararema (SP). Fundou, junto à Berta Lutz, a Liga para a Emancipação da Mulher, que é precursora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Seus escritos envolvem a emancipação feminina; a educação, em especial para as mulheres; o voto feminino; o fascismo; e escritas anticlericais.* ¹⁸ (SP, 1899-RJ, 1990). *Trabalhou como costureira quando a jornada de trabalho era de 10 horas. Escreveu no jornal O Operário a partir de 1912. Contribuiu para a formação da União das Costureiras e Chapeleiras e Classes anexas que funcionava no RJ. O discurso de inauguração feito por Elvira foi publicado depois pelo jornal do Brasil (1919). Representou as costureiras junto com Noêmia Lopes no III Congresso Operário Brasileiro. Apresentou peças teatrais anarquistas.* ¹⁹ CORREIA, Francisco. *Mulheres Anarquistas in: Coleção Remate de Males*, v. 5. SP: 2012. p. 43-60. ²⁰ OLIVEIRA, Paloma Resende; COSTA, Nalda Marinho. *Maria de Lourdes Nogueira: o percurso de uma professora e escritora libertária. In: Rev. Bras. Hist. Educ.*, vol.21. Maringá: Eduem, 2021. ²¹ MENDES, Samanta Coalhada. *As Mulheres Anarquistas na cidade de S.P. (1889-1930). Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. Franca: UNESP, 2010.*



debates estratégicos e novas formas organizativas. No Brasil, o Partido Comunista, ou Seção Brasileira da Internacional Comunista, foi fundado em 1922 em Niterói, com a participação de Astrogildo Pereira, Octávio Brandão, entre outros. Nenhuma mulher esteve presente neste ato, embora estiveram presentes nos círculos de debate e nos processos organizativos.

Laura Brandão (AL, 1891-1942) foi uma dessas mulheres ousadas e imprescindíveis. Poetiza, participava dos salões literários no Rio de Janeiro. Professora desde os 14 anos, escreveu críticas ao sistema econômico e social, aos valores e à moral sexual considerados inquestionáveis na época. Foi uma das primeiras agitadoras comunistas no Brasil, atuando no partido embora nunca tivesse se filiado a ele. Dedicou-se à literatura marxista e à militância feminista junto ao Comitê de Mulheres Trabalhadoras (1928), ligado ao Bloco Operário Camponês. Participou da edição do jornal “A Classe Operária”. Presa várias vezes, foi expulsa do país em 1930, exilando-se na URSS onde trabalhou na rádio Moscou e na resistência contra as tropas nazistas em 1941.

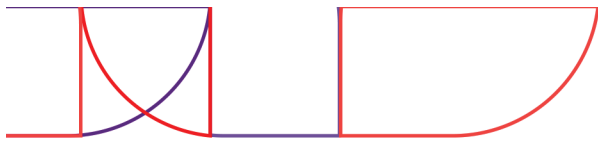
No ano de 1925, as operárias charuteiras de São Felix (Bahia), escrevem no jornal A Classe Operária suas reivindicações por: salário fixo; igual salário para mulheres e homens por trabalho igual; redução da jornada de trabalho; licença maternidade de 15 dias; condições higiênicas de trabalho; direito à mobilização no 1º. de maio; direito de livre associação; entre outras. Neste número também se destaca uma reportagem sobre a mulher lavradora e suas condições de pobreza agravadas pelo abuso dos fazendeiros, usineiros, senhores de engenho e seus filhos.

No mesmo jornal, em 1926, um discurso realizado por Nympha de Vimnar indicava o papel da mulher na revolução mundial. Afirmava que a mulher trabalhadora passava por um duplo sacrifício (o trabalho no sistema capitalista e o trabalho doméstico), e ainda, vítima da opressão das próprias mulheres que tolhiam os esforços organizativos. Cita Alexandra Kollontai (militante bolchevique) e Anna Kalyguina (operária de 25 anos que lutou no exército vermelho da Revolução Russa).

Em 1928, a criação do Bloco Camponês Operário (BOC) projetava a candidatura de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira. As mulheres, que na época não podiam votar nem concorrer a cargos políticos, trabalharam na agitação e propaganda para a eleição dos “candidatos do povo”.

Entre 1930 e 1945, com Getúlio Vargas na presidência, intensifica-se a implantação de indústrias e a repressão às movimentações operárias associada à consolidação das leis trabalhistas. Nasce em 1932 a Aliança Integralista Brasileira²⁴, mas em contrapartida, as lutas feministas conquistaram o direito ao voto das mulheres (1932)²⁵, e em 1935 nasce a Aliança Nacional

²² OLIVETTI, Livia. *As Mulheres Anarquistas da Família Soares: a história de luta de uma mãe e suas quatro filhas no Rio de Janeiro da Primeira República*. Emecê. Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano XIII. N. 34. On-line: março de 2016. ²³ MENDES, Samanta Colhado. *Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil*. In: Santos, Kauan Willian; Silva, Rafael Viana (org.). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018, p. 173-206. ²⁴ (AIB). *Movimento político brasileiro de inspiração fascista, ultranacionalista e anticomunista*.²⁵ Celina Guimarães foi a primeira eleitora do Brasil na cidade de Mossoró, RN. Seu voto foi posto numa urna no dia 05 de abril de 1927 como resultado de um requerimento judicial. Alice de Toledo Ribas Tibiriçá (MG, 1886-RJ, 1950), militante feminista e pioneira na criação de instituições para tratamento de hanseníase, defendeu vigorosamente esse direito no Congresso através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1931).



Libertadora (ANL) reunindo comunistas e militares tenentistas contra o imperialismo e o fascismo. Defendia a nacionalização de empresas, a democracia, a reforma agrária e a constituição de um governo popular.

A ALN organizou um Levante Comunista em 1935 que buscou instaurar um governo nacional-revolucionário. Comandado por Luiz Carlos Prestes, teve a participação de militantes internacionalistas, como Olga Benário (Alemanha, 1908-1942), militante comunista designada para assegurar a chegada de Prestes ao Brasil desde a URSS; Elise Saborovsky Ewert (alemã); e Carmen Alfaya de Ghioldi (argentina). Com a derrota do Levante muitos de seus integrantes foram presos. Olga, grávida de sua relação com Prestes, e Elise foram deportadas para a Alemanha Nazista. Eneida Costa de Moraes (PA, 1904-RJ, 1971), militante comunista, ingressou em 1935 na União Feminina do Brasil (UFB), organização que alçava um programa de luta por direitos da mulher e vinculada à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foi presa em decorrência do Levante Comunista²⁶, chegando a conviver com Graciliano Ramos que se referiu a ela em sua obra “Memórias do Cárcere”. Atuou ainda como operária, tradutora, redatora de artigos políticos e livros, iniciando uma obra sobre a história das lutas populares no Brasil, projeto que não findou.

Nise Magalhães da Silveira (AL, 1905-RJ, 1999), médica psiquiatra comunista precursora da luta antimanicomial, ao ser denunciada pela posse de livros marxistas no período do Levante, ficou presa entre 1936-37 no presídio Frei Caneca (RJ). As ações da ANL foram interrompidas pelas forças repressoras em 1937.

Neste período, a militância comunista de Patrícia Galvão (Pagu), foi fundamental para o debate marxiano e feminista. Junto a Oswald de Andrade no editorial do Jornal “O Homem do Povo”, escreve a coluna “A Mulher do Povo”, onde faz a crítica ao patriarcado e ao feminismo liberal que buscava a igualdade das mulheres sem alterar as bases econômicas esmagadoras das classes trabalhadoras. Foi presa durante um comício em homenagem a Sacco e Vanzetti (1931)²⁷ e posteriormente expulsa do Partido, retornando a ele apenas uma década depois. Escreve a “Carta de uma militante” (1939), e “Verdade e Liberdade” (1950), onde expressa sua crítica à burocratização da Revolução Soviética e dos Partidos Comunistas no mundo inteiro²⁸.

Maria Aragão, (MA, 1910-1991), professora e médica que se filiou ao PCB na década de 1940, participou de comícios de Luiz Carlos Prestes no Rio de Janeiro, trabalhou na defesa dos direitos das mulheres, e ao retornar para o Maranhão tornou-se uma das principais dirigentes do partido²⁹.

Em 1945, com a abertura política, o PCB sai da clandestinidade. Mulheres como Francisca Moura, Maria Barata e Anita Gouveia atuaram em Comitês Femininos Pró-Democracia numa campanha pela anistia dos presos e per-

²⁶ Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, dois imigrantes anarquistas italianos que foram presos e condenados à morte nos Estados Unidos na década de 1920. ²⁷ BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernando. *As Mulheres e os 90 anos de Comunismo no Brasil. Por Memória Sindical*. In: Centro de Memória Sindical. On-line: CMS, 07 de junho de 2012. ²⁸ D'ATRI, Andrea; ASSUNÇÃO, Diana (Orgs). *Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história*. SP: Edições Iskra, 2009. ²⁹ NETO, Euclides Moreira. *Maria por Maria: ou a saga da besta-fera nos porões do cárcere e da ditadura*. São Luiz, MA: EDUFMA, 2017.

seguidos políticos. Eugênia Álvaro Moreyra, militante da ANL, atuou também nesta campanha, tal como nas campanhas eleitorais de 1945/1946. Estes comitês incluíam em seus estatutos a luta pelos direitos da mulher e em defesa da infância. Deles, renasceram as Uniões Femininas que se movimentavam a partir dos problemas concretos nos bairros, como carestia e abastecimento. Essas uniões abriram passo para a criação da Federação de Mulheres do Brasil (1949) que se dedicou à centralidade dos direitos da Mulher. Um ano mais tarde, fruto dessa mobilização, ocorreu o I Congresso Nacional da Federação de Mulheres do Brasil. Com cerca de 150 delegadas de diversos estados e de diferentes opiniões políticas ou religiosas, pautava os direitos da mulher em geral e os direitos da mulher trabalhadora. Em 1956, governo de Juscelino Kubishek, as atividades da Federação foram cessadas, proibição mais tarde seria revogada³⁰.

Em 1947 nasceu o Jornal Momento Feminino, fundado e dirigido por mulheres do PCB, onde Eneida Moraes (jornalista e escritora), Silvia Chalreo (pintora), Arcelina Mochel Goto (advogada eleita vereadora no RJ em 1946)³¹, Heloisa Ramos e Luisa Lebon Regis. Elas publicavam matérias sobre a precariedade do trabalho das empregadas domésticas, sobre organizações femininas locais, ensino primário em zona rural, sobre a vida camponesa, entre outros temas³².

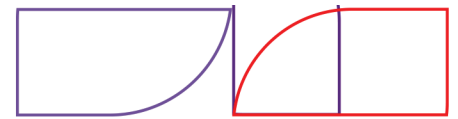
Nas décadas de 1940 e 1950 as lutas no campo se fortalecem. As Ligas Camponesas (1945) contaram com liderança combativa de Elizabeth Teixeira (PB, 1925) e de Alexina Lins Crespo de Paula (PE, 1926-2013), responsável pelas atividades secretas e clandestinas³³. As lutas camponesas de Xerém no RJ (1949-1964) contaram com a liderança de Josefa Paulino da Silva Pureza, da Associação de Lavradores Fluminenses. A Revolta de Porecatu no Paraná (1948-1951) contou com a participação de Maria Olímpia Carneiro Mochel, designada pelo PCB para trabalhar cursos de formação política junto aos posseiros de Porecatu, como também de Lázara Araújo de Paiva organizando campanhas de solidariedade³⁴. A resistência armada de camponeses em Trombas e Formoso no Estado de Goiás (1954-1957), contou com determinação da militante comunista Dirce Machado³⁵.

Durante a II Conferência Camponesa do Triângulo Mineiro (MG, 1954) é aprovado um programa de reivindicação das mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas. Nele destacaram-se: a luta pelo direito de organização em sindicatos e associações; a luta pela carteira de trabalho; salários, férias, aposentadoria; assistência à maternidade e à infância gratuita; construção de postos de puericultura; construção de poços artesianos próximos às moradias para facilitar o trabalho das mulheres; concessão de licença maternidade por três (3) meses com salários integrais³⁶.

Ainda na década de 1950, as greves operárias tiveram a participação determinante de mulheres, como o caso da passeata de 1º de Maio no RS, onde a operária Angelina Gonçalves é assassinada, ou ainda a Greve dos

³⁰ MONTENEGRO (1985), *op. cit.* ³¹ (MA, 1918-RJ, 1974), foi membro da direção do PCB e uma das fundadoras da Federação de Mulheres Brasileiras. ³² MONTENEGRO (1985), *op. cit.* ³³ MORAES, Clodomir de. Morre Alexina Crespo, guerrilheira das Ligas Camponesas. In: A Verdade. On-line: A Verdade, 14 de dezembro de 2013. ³⁴ OIKAWA, Marcelo E. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011. ³⁵ DEPOIMENTO de Dirce Machado da Silva na Comissão da Verdade. Produção Documental da Comissão Nacional da Verdade. Goiânia/GO: Comissão Nacional da Verdade, 2014. On-line (52:53min). ³⁶ D' MONTENEGRO (1985), *op. cit.*





Ferrovários em MG (1949-1950), onde elas deitaram-se nos trilhos como forma de protesto³⁷.

As mulheres comunistas também provocavam debates sobre participação feminina no interior do partido. Iracema Ribeiro faz uma intervenção no IV Congresso com a tese intitulada “O Trabalho Feminino: dever de todo o Partido”. Nela, relembrou a participação das mulheres nas lutas sociais no país e afirmou que não bastava seus esforços individuais e dedicação pessoal, era necessário que o conjunto do partido assumisse a tarefa de organizar mulheres para a luta democrática e libertação nacional³⁸. Olga Maranhão, nessa mesma conferência, fez uma intervenção intitulada “Ganhar milhões de mulheres para o programa do partido”. Nela, afirma que a emancipação da mulher só seria definitivamente alcançada com a derrota do capital, do latifúndio e do imperialismo, e, que as reivindicações femininas não poderiam ser isoladas das lutas democráticas e emancipadoras do povo. Para ela, seria necessário rever o método de trabalho com as mulheres, pois se caracterizava pela pouca capacidade organizativa, pela falta de solidez e pelo fraco conteúdo político³⁹.

Ana Montenegro (CE, 1915-BA, 2006), militante comunista, poeta e jornalista que integrou a Comissão da América Latina pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), uma organização antifascista e de perspectiva comunista criada em 1945, de luta pela paz mundial, pelos direitos das crianças e das mulheres, escreveu “As Mulheres e a Revolução Brasileira”⁴⁰ em 1960, onde analisa a necessidade de levar em conta as condições femininas no trabalho. Critica a ausência do tema nas teses do partido, frequentemente justificadas para que as mesmas não ficassem longas.

As mulheres nas lutas contra a Ditadura Militar de 1964-1985

A partir de 1964, com a ditadura empresarial militar, nasceram muito movimentos clandestinos, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Guerrilha do Araguaia. Os atos institucionais levaram a uma gama de presos políticos e longas horas de tortura marcando os bastidores da política brasileira. É neste contexto que foi criada a União Brasileira de Mães (1964) que protestava exigindo a quebra da incomunicabilidade com seus filhos, pautavam a viabilidade de visitas, a assistência jurídica e um tratamento menos bárbaro aos presos políticos. Em 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia exigindo a libertação de presos políticos, a anulação de cassações e a volta dos exilados⁴¹.

Muitas mulheres se envolveram também na luta clandestina, diretamente ou numa rede anônima de apoio e suporte. Algumas ingressaram através do viés religioso, a partir da teologia da libertação, como o caso de Ana Corbisier (SP,1941)⁴². E, embora a invisibilidade da mulher ainda fosse

³⁷ MONTENEGRO (1985), *op. cit.* ³⁸ RIBEIRO, Iracema. *Trabalho Feminino Dever de Todo o Partido. Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil-PCB. Novembro de 1954.* ³⁹ MARANHÃO, Olga. *Ganhar Milhões de Mulheres para o Programa do Partido. Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil-PCB. Novembro de 1954.* ⁴⁰ MONTENEGRO, Ana. *As Mulheres e a Revolução Brasileira. 1960.* In: PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os Caminhos da Revolução Brasileira. São Paulo: Boitempo, agosto de 2019.* ⁴¹ MONTENEGRO (1985), *op. cit.* ⁴² CORBISIER, Ana. *Clandestina. SP: Expressão Popular, 2025.*



tamanha, o partido comunista havia sido uma escola de formação para muitas que ingressaram posteriormente na ALN, como por exemplo: Clara Charf (AL, 1925-SP, 2025) militante comunista; Ana Montenegro; Antonieta Hampshire Campos da Paz (1911-1990), chamada de Nieta, que usava sua casa para abrigar militantes, realizar cursos e reconhecia os lugares onde guerrilheiros agiriam⁴³; e Zilda de Paula Xavier Pereira (PE, 1925-2015), responsável pelos contatos e organização do trânsito de militantes entre Brasil e Cuba, e de militantes ao Araguaia. Também atuaram nessa organização Guiomar Silva Lopes (direção nacional), Maria de Lourdes Rego Mello (direção estratégica de campo), Iara Xavier Pereira (locutora da Rádio Libertadora), Ana Maria Navinovic (desenhava os periódicos da ALN), e Idnaura Marques (enfermeira que arrecadava medicamentos para os combatentes da Guerrilha do Araguaia)⁴⁴.

Houve casos de mulheres internadas em manicômios judiciais por estarem envolvidas com a luta política. Apelando para o discurso de que seu comportamento ameaçava a família brasileira, o regime ditatorial entregou Sylvia Montarroyos para o Manicômio Tamarineira (PE) e Zilda Xavier Pereira para o Instituto Pinel (RJ)⁴⁵.

Na Guerrilha do Araguaia (1967-1974), conduzida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1962, muitas mulheres atuaram como combatentes, ao mesmo tempo em que professoras, agricultoras, parteiras e enfermeiras nas comunidades camponesas da região. Dinalva Oliveira Teixeira (BA, 1945-Araguaia, 1974), foi vice comandante do destacamento C das forças guerrilheiras e também alfabetizava adultos numa escola construída por ela mesma. Dinaelza Coqueiro, Helena Rezende de Souza Nazareth, Maria Lúcia Petit, Maria Lúcia de Souza, Sueli Yumiko Kamaiana, todas guerrilheiras mortas em combate. Muitas delas, com seus corpos ainda não encontrados.

Durante os longos 21 anos de ditadura militar, outras tantas se dedicaram à luta política. Podemos mencionar Iara Iavelberg (1944-1971) que militou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) junto a Carlos Lamarca. Ou, a militância de Vânia Bambirra (POLOP) que exilada no Chile⁴⁶, Panamá e México escreveu sobre as insurreições na América Latina, sobre a mulher na luta socialista⁴⁷, a teoria marxista da transição socialista⁴⁸ e a Teoria da Dependência.

A paraguaia Soledad Barret Viedma (1945-1973) que chegou a ser sequestrada e marcada com a suástica por um grupo de neonazistas em seu país, foi exilada no Brasil, atuou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sendo brutalmente torturada e assassinada em 1973 no episódio do Massacre da Chácara São Bento (PE).

Vinculada à Teologia da Libertação, Rose Marie Muraro (RJ, 1930-2014), socióloga, editora e feminista, trabalhou na editora Vozes especialmente

⁴³ PAZ, Mariza *Campo da Nieta dos campos da paz*. RJ: Editora Mauad X, 2012. ⁴⁴ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres e Revolução: as militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN)*. In: *Revista História*. N. 5 (2). Rio Grande do Sul: FURG, 2014. P. 249-272. ⁴⁵ *Ibidem*. ⁴⁶ BAMBIRRA, Vânia. *A libertação da Mulher e a Luta de Classes*. Chile, 15 de fevereiro de 1972. ⁴⁷ BAMBIRRA, Vânia. *La Mujer Chilena em la Transición al socialismo*. Documentos. In: *Punto Final*. Santiago do Chile: Punto Final, 22 de junho de 1993. ⁴⁸ BAMBIRRA, Vânia. *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*. Brasília: Edunb, 1961

nas publicações relacionadas ao cristianismo e ao feminismo. Fundou em 1975 o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro em decorrência do Ano Internacional da Mulher, declarado pela ONU – um espaço de articulação de organizações feministas e discussões sobre os direitos das mulheres, especialmente do feminismo marxista/socialista na década de 1980. Muraro escreveu “A sexualidade da Mulher Brasileira” (1983) e segue nas próximas décadas com a fundação da editora Rosa dos Tempos (1990), considerada a primeira editora feminista no país, e lança sua autobiografia “Memórias de uma mulher impossível” (1990).

As mulheres socialistas no processo de redemocratização

A década de 1980 é marcada pelo processo de redemocratização, anistia aos presos políticos e pela Constituição de 1988. Abre-se um período em que nascem ou se fortalecem movimentos sociais populares oriundos da década de 1970, destacando pautas singulares na luta por direitos. Despontaram: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 1972); Movimento Negro Unificado (MNU, 1978); Grupo Somos (1978), na luta por direitos LGBTs; Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA-SC, 1980); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1984); União Nacional de luta por Moradia Popular (UNMP, 1989); Movimentos de Atingidos por Barragens (MAB, 1991); Associação Nacional de Travestis e Transexuais (1992); Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR, 1995); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 1995); Movimento de Pequenos Agricultores (MPA, 1996); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST, 1997); Marcha Mundial de Mulheres (MMM, 1998); Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD, 2000); Acampamento Terra Livre (2004); Movimento de Mulheres Campesinas (MMC, 2024); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (2005); Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM, 2012); entre outros.

Estes movimentos, alguns localizados, outros de dimensão nacional, demarcaram aspectos da forma organizativa de uma época, onde democracia era entoada como sinônimo de participação popular organizada, onde a contingência das lutas reivindicatórias e identitárias deveriam possibilitar um acúmulo de forças para a transformação social. Em crítica à Estratégia Democrática Nacional que orientou as lutas populares por um longo período, consolidava-se uma nova orientação estratégica – a Democrática Popular, reposicionando a questão das alianças na luta política. Obras como “A Revolução Burguesa no Brasil” (1974) de Florestan Fernandes; “Educação como Prática da Liberdade” (1967) de Paulo Freire; “A democracia como valor universal” (1979) de Carlos Nelson Coutinho, anunciam seus principais fundamentos, e sua inauguração coincide com o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980.

Embora inegável o papel destas organizações na luta política, este percurso foi evidenciando desafios imensuráveis. Entre eles, podemos mencionar a fragmentação de pautas e lutas, bem como a dificuldade de con-

vergir a unidade dentre as especificidades. A tarefa partidária de combinar essas pautas específicas num programa amplo de transformação social, foi sendo também fragmentada na medida em que o próprio Partido dos Trabalhadores, pela sua dinâmica interna e debate de tendências, foi se desmembrando em outros partidos no campo da esquerda.

No âmbito do movimento feminista brasileiro, que se originava de uma perspectiva reivindicatória e transformadora, na década de 1980 sofre uma crise na medida em que as forças de oposição ao regime militar vão assumindo suas diferenças em torno da questão partidária e das concepções de democracia. Inicialmente, as feministas históricas ingressaram no Partido dos Trabalhadores (PT) ou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mantendo apenas algumas ações conjuntas. O Congresso Feminista de Valinhos (1980) foi um divisor de águas, e seus subseqüentes acabaram tornando-se enfrentamentos cada vez mais acirrados entre as tendências e correntes feministas⁴⁹, as quais se desdobraram em movimentos populares e outros partidos políticos.

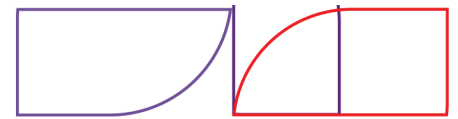
A contribuição de Heleieth Saffioti (SP,1934-2010), socióloga marxista e militante feminista, publica em 1969 a obra "Mulher na Sociedade de Classes"⁵⁰, um marco no debate sobre a mulher na sociedade capitalista. Outros escritos: "A questão da mulher na perspectiva socialista" (1967); "Trabalho Feminino sob o Capitalismo Dependente" (1978); "Emprego Doméstico e Capitalismo" (1978-79); "O poder do macho" (1987); "Violência de Gênero: poder e importância" (1985); "Movimentos Sociais: a face feminina" (1988); "Gênero, patriarcado, violência" (2004), entre outras, contribuíram a discussão das imbricadas relações entre patriarcado, capitalismo, racismo e violência de gênero. Em sua análise a superação da opressão feminina necessariamente exige a superação da ordem capitalista.

Lélia Gonzalez (MG, 1935-RJ,1994), historiadora e filósofa de formação, foi militante do Movimento Negro Unificado, fundadora do PT e do Coletivo de Mulheres Negras N' Zinga. Tornou-se referência na discussão de classe-raça-gênero⁵¹, inaugurando conceitos como "amefricanidade" e "pre-tuguês", essenciais para compreender a formação social do Brasil. Entre suas obras destacamos: "Mulher negra, essa quilombola" (1981); "A mulher negra na sociedade brasileira" (1982); "Racismo e sexismo na Cultura Brasileira" (1983); "Racismo por omissão" (1983); "A categoria político-cultural da amefricanidade" (1988); "As amefricanidades do Brasil e sua militância" (1988); "Por um Feminismo Afrolatinoamericano" (1988); "A importância da Organização da mulher negra no processo de transformação social" (1988).

Outra referência na discussão interseccional de classe-raça-gênero, é Maria Beatriz do Nascimento (SE, 1942-RJ1995), que centrou suas discussões na condição da mulher negra diante das violências estruturais, reinterpretando a formação social do país. Historiadora de formação, poeta, roteirista e professora, militou no movimento negro, escrevendo obras como: "Negro e Racismo" (1974); "A mulher negra no mercado de trabalho"

⁴⁹ MORAES, Maria Lygia Quartim. *Vinte anos de Feminismo. Tese de Livre -docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH da Universidade Estadual de Campinas. SP: UNICAMP, 1996.* ⁵⁰ SAFIOTTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.*

⁵¹ RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). *Lélia González: Por um Feminismo Afrolatinoamericano. RJ: Zahar, 2020*



(1976); “Kilombo e memória comunitária” (1982); “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” (1985); “Daquilo que se chama cultura” (1986); “A mulher negra e o amor” (1990).

Em 1988, Laudelina de Campos Melo (MG, 1904 – SP, 1991), empregada doméstica desde os 16 anos, funda o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos advindo de suas lutas no período anterior, inclusive para a categoria conquistar o direito à Carteira de Trabalho e à Previdência Social.

Por ocasião do I Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-latino-caribenhas, realizado na República Dominicana, realizado em 1992, define-se a data de 25 de julho, como dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha com o objetivo de dar visibilidade a luta antirracista no continente.

No campo das lutas indígenas é fundamental destacar a criação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) em 2019, fruto do avanço das conexões entre os mais de 300 povos indígenas na luta por território, materializados nos Acampamentos Terra Livre e nas Marchas das Mulheres Indígenas. No manifesto de lançamento da organização assinam como “Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres, guerreiras da ancestralidade”⁵².

Entre as lutas das mulheres camponesas, é necessário destacar o papel de Margarida Alves (PB, 1933-1982)⁵³, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande na Paraíba que, enfrentando a fúria dos latifundiários, foi assassinada em casa em 1983. Ou ainda Roseli Nunes (RS, 1954-1987), integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul, que foi assassinada (por atropelamento) em 1985 durante uma mobilização em rodovia. Ainda em decorrência de conflitos fundiários, Dorothy Stang (EUA, 1931-PA, 2005) foi assassinada em 2005 em Anapu (PA) onde atuava junto aos trabalhadores rurais, e, Nilce de Souza Magalhães, Nicinha, (RO, 1966-2016), integrante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que, desaparecida, teve seu corpo encontrado no lago da Usina Hidrelétrica Jirau em Porto Velho (RO).

Fruto da práxis das lutas das mulheres camponesas no Brasil e na América Latina, articuladas na Via Campesina e na Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC), nasce uma formulação denominada Feminismo Camponês e Popular. Entre as muitas expressões do feminismo na atualidade, destacamos sobre este, algumas linhas a seguir.

e) A práxis das mulheres camponesas: Feminismo Camponês e Popular

Nos marcos das lutas pela Reforma Agrária, os movimentos populares do campo se ampliam a partir da década de 1980. Mesmo com características organizativas distintas, com pautas singulares oriundas das consequências diretas do capital no campo para cada grupo, a grande maioria constituiu-se como organizações populares de caráter nacional, autônomas e

⁵² ANMIGA. *Manifesto das primeiras brasileiras: As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena*. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. ⁵³ FERNANDES, Barack. *Nos Caminhos de Margarida*. TV CONTAG, 2017.

associando suas lutas corporativas à luta pela transformação societária, à construção do socialismo.

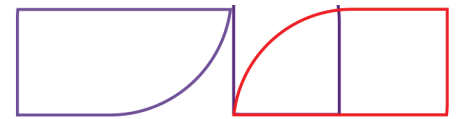
No ano de 1992, um importante passo de articulação internacional de organizações populares do campo dá origem ao nascimento da Via Campesina (1993), a qual reúne hoje cerca de 180 movimentos em diferentes continentes. Um ano mais tarde, 1994, fruto das mesmas raízes nasce a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC). Esta, entre suas linhas políticas, declara abertamente sua perspectiva socialista. É nesse contexto de consolidação da CLOC, que mulheres de organizações camponesas, indígenas e quilombolas, a partir da práxis de luta realizaram reuniões, assembleias, mobilizações, campanhas, estudos sobre gênero e feminismo, bem como traçaram linhas políticas na luta anticapitalista e por direitos da mulher. Diante do acúmulo político e organizativo, reconhecem a contribuição histórica das muitas perspectivas feministas, mas posicionam-se firmemente por um feminismo da classe trabalhadora. Uma síntese se constrói, a de que luta pela emancipação da mulher do campo necessariamente está imbricada: à luta antipatriarcal, antirracista e anticapitalista; à luta por terra, território, trabalho, educação, Reforma Agrária e por Soberania Alimentar a partir da produção agroecológica e da cooperação; à luta pela biodiversidade existente no planeta; pela construção de novas relações de gênero; à luta socialista e internacionalista. A esta síntese, denominou-se o Feminismo Camponês e Popular⁵⁴.

As bases desta formulação partem da análise do avanço do capital no campo, expressos econômica e politicamente no agrohidronegócio, no mineronegócio, na biodiversidade como negócio, nos créditos de carbono, na transnacionalização de empresas, nas commodities e no controle das sementes, no envenenamento da terra e das águas, associados a intensos processos de alienação da população. A violência do capital para com o planeta, em igual proporção atinge camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais. Atinge os direitos humanos e trabalhistas, atinge a saúde das pessoas do campo e das cidades, atinge as mulheres e a população negra da classe trabalhadora. Essas violências confluem, são interseccionadas.

Fundamentada numa perspectiva de luta de classes, o Feminismo Camponês e Popular, parte do princípio em que o patriarcado, o racismo e o capitalismo se retroalimentam e se expressam cotidianamente na divisão sexual do trabalho, na desigualdade de gênero, na visão do corpo como mercadoria, nas atitudes machistas e discriminatórias, na violência estrutural contra a mulher e contra o negro enraizados na formação socioeconômica, política e cultural do Brasil⁵⁵, assim como na invisibilização das mulheres na ciência e na história das lutas populares – nestas que acima mencionamos.

Assumir a perspectiva do feminismo revolucionário e socialista, fez do Feminismo Camponês e Popular, uma continuidade da práxis histórica das tantas mulheres nomeadas nesse texto. Sincronicamente convoca as mu-

⁵⁴ MST. *Feminismo Camponês e Popular. Texto para a V Assembleia de Mulheres da CLOC/Via Campesina. Março de 2015.* ⁵⁵ MMC. *Feminismo Camponês e Popular. reflexões a partir da experiência de mulheres camponesas. SP: Expressão Popular, 2020.*



lheres do tempo presente a continuar o legado de construção do caminho da emancipação humana. Tarefa que exige aprofundar os estudos, que exige avançar no processo de consciência de classe e no protagonismo das mulheres na práxis da organização política.

A consigna anunciada “Sem Feminismo, não há Socialismo” posiciona a luta feminista no campo estratégico. E diante desta ebulição, com tarefas imediatas a cumprir e debates ainda por fazer quanto aos rumos da luta política popular, consideramos que seja uma premissa aprofundar as mediações entre a luta feminista e a luta socialista. Compreender estas relações em perspectiva histórica, os desafios e debates de cada época, mas também na projeção de ações que de maneira contundente caminhem em direção à emancipação humana.

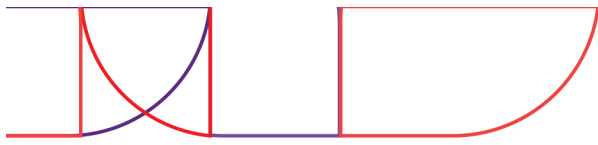
Considerações Finais

As poucas linhas neste esboço não são suficientes para evidenciar a trajetória de tantas mulheres que participaram ativamente das lutas socialistas no Brasil. Muito menos para abordar o debate das diferentes concepções feministas construídas na história, mesmo dentro de uma perspectiva revolucionária. Todavia, pretensiosamente esse escrito buscou apresentar alguns dos aspectos que consideramos fundantes para um necessário inventário dessa trajetória.

O caminho percorrido e as escolhas feitas para a produção deste texto priorizaram destacar a práxis feminista de tantas mulheres que batalharam nas diferentes organizações populares, nas mobilizações, nos debates e polêmicas. Mais do que traçar a história do feminismo no Brasil, buscou traçar fios condutores que nos possibilite visualizar a trajetória da relação entre a práxis feminista e a práxis socialista em nosso país.

Como um alerta do passado, esse tema nos encontra justamente num momento em que a crise estrutural do sistema capitalista avança de maneira brutal na destruição dos parques direitos conquistados, na destruição da vida planetária tal qual como a conhecemos. Guiada pelo lucro a qualquer custo, por uma ideologia ultraneoliberal conservadora e pelo crescimento das expressões fascistas em todo o mundo, essa forma societária desvela de maneira escrachada o acirramento das hostilidades e das intolerâncias raciais, étnicas, de gênero e classe. Conduzida pela violência intensa, desabita a vida do corpo trabalhador e da própria natureza, posicionando os entraves decisivos à existência humana no planeta.

Essas adversidades recolocam para a humanidade a emergência de uma transformação societária em sua raiz. O que nos convoca a refletir, a debater e a avançar quanto aos desafios organizativos, estratégicos e táticos da luta revolucionária para o período que se abre.



5. EIXO III

DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES - UMA LONGA E INACABADA CONSTRUÇÃO

5.1 Aspectos legais da violência contra a mulher: avanços e desafios

Lorena Cordeiro de Oliveira
Defensora Pública do Estado da Paraíba

INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO DIREITO NA SOCIEDADE BURGUESA E PATRIARCAL BRASILEIRA

Para entender as leis que regem o nosso país, especialmente aquelas que afetam a vida das mulheres, é necessário refletir sobre o papel do direito na história da sociedade brasileira, o contexto no qual as leis são criadas e quem está por trás de sua produção.

De forma muito resumida, o direito existe para organizar uma sociedade de acordo com os valores dominantes. Na sociedade burguesa, o direito serve para proteger a propriedade e, portanto, o interesse dos proprietários.

Na realidade do Brasil, as pessoas que sempre tiveram riqueza foram (e ainda são) os homens brancos, filhos de coronéis e de famílias poderosas. E essa riqueza permitiu que eles também ocupassem espaços de decisão e de influência, como o judiciário, o legislativo, o executivo, e as profissões com valor e influência social (medicina, engenharia, advocacia).

As mulheres foram historicamente excluídas da produção da riqueza e dos espaços de decisão. E isso se refletiu diretamente na elaboração das leis do nosso país, legitimando a desigualdade e a violência de gênero.

Eu fiz o exercício de pesquisar como eram as leis nos anos de nascimento da minha avó, da minha tia, da minha mãe e no ano em que nasci, para ter ideia dos avanços dos direitos das mulheres ao longo dessas três gerações.

Então cheguei ao seguinte panorama: no ano em que minha avó nasceu (1926), as mulheres não podiam votar. No ano em que minha tia nasceu (1958), as mulheres precisavam de autorização do marido para votar, e a lei considerava as mulheres incapazes para exercer atos da vida civil, como assinar contratos, comprar uma casa e administrar a própria renda e o patrimônio. No ano em que minha mãe nasceu (1962), o futebol feminino era proibido, pois era considerado um esporte incompatível com a "natureza da mulher". No ano em que eu nasci (1991), as empregadas domésticas não tinham direitos trabalhistas reconhecidos, o assédio sexual não era crime e as mulheres precisavam da autorização do marido para fazer laqueadura.

Quer dizer, o reconhecimento dos direitos das mulheres é uma conquista

consideravelmente recente na história do nosso país. Olhar para essa linha histórica é fundamental para entender os avanços e os desafios, para compreender a luta como um verdadeiro movimento no tempo e para perceber que a mudança é, sim, possível. Afinal, tudo o que temos hoje já foi tido como impossível no passado.

As leis que vamos apresentar nesta aula são as leis do presente, que foram fruto de muitas lutas travadas no passado e que podem avançar ainda mais na garantia dos nossos direitos, conforme o movimento da história e as lutas dos movimentos feministas.

OS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO E O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Antes de falar sobre as leis do Brasil, precisamos falar um pouco sobre as leis do exterior, chamadas leis internacionais, pois elas influenciaram o reconhecimento dos nossos direitos na legislação brasileira.

De forma simples e resumida, podemos dizer que as leis internacionais têm como objetivo garantir uma convivência organizada e pacífica entre os países, que são os destinatários dos deveres previstos nessas normas.

Essas leis regulam as relações em vários contextos, como o do comércio, do transporte de pessoas, da guerra, dos direitos humanos, entre outros. No terreno dos direitos humanos, as leis internacionais tratam de temas específicos (pessoa com deficiência, imigrantes, crianças e adolescentes, etc). No tema dos direitos das mulheres, existem dois sistemas de proteção independentes: o sistema do continente América (chamado de sistema interamericano) e o sistema global, que funciona dentro da ONU, a Organização das Nações Unidas. Esses sistemas possuem normas que são compiladas em documentos chamados de Convenções.

Quando o presidente ou a presidenta de um país assina uma Convenção, significa que está assumindo o compromisso de seguir as determinações que estão ali, de adotar medidas administrativas, legislativas, judiciais, de promover mudanças culturais, entre outras obrigações. A Convenção passa a ser uma lei no país, e as pessoas podem exigir o seu cumprimento pelo Estado e pela sociedade.

Se um país descumprir essas normas da Convenção, o sistema de proteção é acionado e são adotadas medidas de responsabilização do Estado, que funcionam como instrumentos importantes para as lutas por direitos no plano nacional. A Lei Maria da Penha, inclusive, é um exemplo disso.

Maria da Penha foi uma mulher em situação de violência doméstica que não foi protegida pelo Estado brasileiro. Diante disso, ela fez uma denúncia na Comissão Interamericana (órgão do sistema de proteção do continente América) acusando o Brasil de ser tolerante com a violência doméstica, pois ao longo de 15 anos não foram adotadas as medidas necessárias para processar e punir o agressor.



Em resposta, a Comissão Interamericana emitiu um relatório com as seguintes recomendações ao Estado brasileiro: (i) responsabilizar penalmente o agressor de Maria da Penha; (ii) investigar as irregularidades e atrasos injustificados ocorridos no processo, e responsabilizar quem deu causa a eles; (iii) garantir à vítima a reparação simbólica e material pelas violações de direitos sofridas; (iv) instituir procedimentos que evitem a tolerância estatal e o tratamento discriminatório em relação à violência doméstica contra mulheres, como promover a capacitação e sensibilização dos funcionários judiciais e policiais, simplificar os procedimentos judiciais penais, estabelecer formas alternativas às judiciais, rápidas e efetivas de solução de conflitos intrafamiliares, aumentar o número de delegacias especializadas, inserir nos planos pedagógicos o tema da igualdade de gênero; e (v) apresentar um relatório no prazo de 60 dias informando o cumprimento dessas recomendações.

Em 2004, após a repercussão do caso e da resposta internacional, o governo federal apresentou ao Congresso Nacional a proposta do Projeto de Lei de enfrentamento à violência doméstica que daria origem à Lei Maria da Penha.

É importante dizer que essa proposta inicial foi elaborada pelo Consórcio de Organizações Não-Governamentais Feministas, e revisada por um Grupo de Trabalho Interministerial do governo federal. Ao chegar no Congresso, também foi amplamente debatida com a sociedade civil.

As recomendações da Comissão Interamericana estavam amparadas na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (também conhecida como Convenção de Belém do Pará), que passou a ter validade no Brasil em 1994.

A Convenção de Belém do Pará é focada nas violências contra a mulher. O seu texto começa fazendo reconhecimentos fundamentais para as lutas feministas. Estamos diante de um documento internacional assinado por dezenas de países que reconhecem expressamente que a violência contra a mulher: (i) constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais; (ii) constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens; (iii) permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases; (iv) e que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida.

A Convenção também traz a definição de violência doméstica que foi utilizada posteriormente pela Lei Maria da Penha:

Artigo 2

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qual-

quer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;

b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e

c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

O artigo 3º diz que *“toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada”*, e os artigos seguintes reconhecem uma série de direitos, como à vida, ao respeito da integridade física, mental e moral, à liberdade e à segurança pessoal, e o direito de não ser submetida a tortura.

Para assegurar esses direitos, os países (Estados-parte) assumem vários deveres, como (i) estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada a violência, inclusive, entre outros, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos; (ii) adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência da Convenção; e (iii) modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher.

No sistema de proteção da ONU, a norma referência é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que passou a ter validade no Brasil em 1984, dez anos antes da Convenção de Belém.

Essa norma é focada no enfrentamento das discriminações contra a mulher.

O seu ponto de partida é o reconhecimento de que *“a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade”*.

Destaco o reconhecimento pela Convenção de dois pontos cruciais para o debate de gênero: o da interseccionalidade, quando admite que a discriminação afeta as mulheres de formas distintas, conforme suas vulnerabilidades, como o menor acesso de mulheres pobres aos direitos básicos; e

o da superação da divisão sexual do trabalho, afirmando expressamente que “para alcançar a plena igualdade entre o homem e a mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem como da mulher na sociedade e na família”.

A Convenção da ONU define a discriminação contra a mulher da seguinte forma:

Artigo 1º

Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

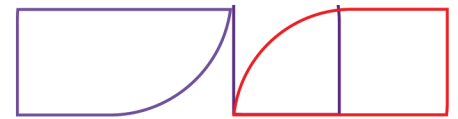
Importante perceber que neste conceito, a discriminação é caracterizada pela consequência (prejudicar ou anular direitos das mulheres), mesmo que não exista a intenção de causá-la. Essa visão permite reconhecer como discriminação aquelas ações, omissões, e até leis, que aparentemente são neutras, mas quando aplicadas na prática, prejudicam as mulheres, que são chamadas de discriminações indiretas. É o caso, por exemplo, do critério da produtividade para alcançar um cargo maior na carreira profissional, numa realidade em que o tempo da licença maternidade é maior que o da licença paternidade, e que as mulheres dedicam cerca de 9,6 horas semanais a mais que os homens nos trabalhos domésticos.

Através desta Convenção, os países assumem compromissos como: (i) seguir uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher; (ii) reconhecer na lei o princípio da igualdade do homem e da mulher; (iii) adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher; (iv) abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação; (v) tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa; (vi) modificar ou derogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher.

O texto normativo traz medidas de enfrentamento à discriminação contra a mulher em diversos contextos: na política, na educação, no trabalho, na saúde, dentre outros, além de medidas que são centrais para promover a igualdade de gênero:

Artigo 5o

Os Estados-Partes tornarão todas as medidas apropriadas para:
a) **Modificar os padrões sócio-culturais** de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas



consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.

b) Garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da **responsabilidade comum de homens e mulheres** no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos.

Resumindo este tópico das leis internacionais, temos uma norma voltada para o continente americano, que trata da violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará) e que influenciou a criação da Lei Maria da Penha, e uma norma que está dentro do sistema de direitos humanos da ONU e trata da discriminação contra a mulher (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

Ambos os documentos são instrumentos importantes para as lutas das mulheres, na medida em que servem para provocar constrangimento e pressão política, e como fundamento para denúncias e reivindicações perante as instituições, especialmente o Judiciário, o Legislativo e o Executivo.

O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS LEIS DO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS.

No Brasil, a lei mais importante é a Constituição Federal.

É a Constituição que define a forma de organização da nossa sociedade, das nossas instituições, o procedimento para fazer outras leis, os princípios a serem seguidos, os direitos protegidos e os deveres do Estado para assegurá-los.

Mas nem sempre a norma constitucional foi favorável às mulheres. A primeira Constituição do período da República, por exemplo, dizia que apenas homens podiam votar.

A Constituição de 1988 foi a primeira da nossa história a reconhecer expressamente que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. E isso só aconteceu por conta da forte e histórica articulação e mobilização das mulheres.

Uma das primeiras conquistas dessa luta foi a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão vinculado ao governo federal com o papel de formular e propor políticas para as mulheres. As mulheres organizadas neste Conselho lançaram a campanha Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres, que permitiu um amplo debate sobre a situação das brasileiras, suas demandas, e sua representação na política.



A campanha e a mobilização das mulheres garantiram a eleição de 26 mulheres para participar da Assembleia Constituinte, grupo de parlamentares responsável pela criação da nossa Constituição atual. Isso significou o aumento de 1,9% para 5,3% da representação de mulheres no Congresso.

Essas mulheres eleitas se uniram numa bancada que ficou conhecida como o Lobby do Batom, um termo inicialmente utilizado pelos homens de forma pejorativa, mas que as parlamentares constituintes assimilaram dando um novo significado: "Lobby do Batom se remete à boca. A boca que fala, a boca que é uma boca política, a boca que articula, né, demandas. A voz das mulheres", disse Jacqueline Pitanguy no Documentário Lobby do Batom.

Em 1987, o CNDM lançou a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que sistematizava as reivindicações coletadas ao longo da Campanha (1985 a 1987) mediante a apresentação de propostas ao texto da Constituição Federal de 1988. Segue um trecho da carta:

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito a representação, à voz e a vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito a educação, a saúde, a segurança, a vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios.

Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita, o que mulheres já disseram no passado: "Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos voz nem representação" (Abigail Adams, 1776).

A Carta apresentou pautas relativas ao trabalho, à família, à saúde, à educação e cultura, à violência e questões nacionais e internacionais. 80% das propostas foram aprovadas.

Dentre as propostas apresentadas e colocadas na Constituição de 1988 está a norma que diz: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações" (art. 226, § 8º).

Assim, foi devido à mobilização das mulheres, dentro e fora das instituições, que conquistamos o reconhecimento formal, na Lei-mãe do país, dos direitos que temos hoje, como a igualdade de direitos, de tratamento e de salários entre homem e mulher, a estabilidade da trabalhadora gestante no emprego e o acesso aos mecanismos que coíbem e responsabilizam a violência doméstica.

Portanto, o processo de criação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06) começa bem antes da apresentação do projeto de lei, sendo mais um fruto das lutas travadas no período da Constituinte.

O reconhecimento do dever do Estado de enfrentar a violência doméstica (art. 226, § 8º da Constituição Federal), somado à repercussão nacional e internacional da denúncia da farmacêutica Maria da Penha, e aos dados alarmantes sobre esse tipo de violência, formam o cenário de debate e criação da lei que representa um marco no combate à violência doméstica no Brasil.

Importante dizer que, no momento de sua criação, o objetivo central era proteger a mulher, estabelecendo uma série de medidas para garantir uma assistência multidisciplinar qualificada. O foco não era criminalizar o agressor.

Seguindo os mesmos princípios da Convenção de Belém do Pará, a Lei Maria da Penha estabelece que a responsabilidade pelo enfrentamento da violência doméstica é do Poder Público, da sociedade e da família, e adota um conceito amplo para caracterizar esse tipo de violência: (i) quando reside na mesma casa, independente de vínculo familiar; (ii) na família, independente de morar no mesmo local; (iii) em qualquer relação íntima de afeto, podendo acontecer no namoro.

A previsão das formas de violência doméstica é de muita importância para desnaturalizar comportamentos abusivos. A lei traz cinco tipos de violência:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
(Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua

sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

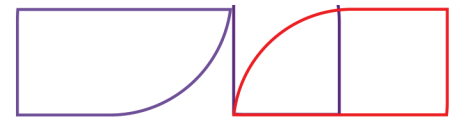
O reconhecimento das violências menos explícitas é fundamental para identificar os sinais da violência doméstica no início, evitando o agravamento dos abusos e facilitando o rompimento com o chamado Ciclo da Violência.

O termo é utilizado para explicar o funcionamento da violência doméstica, que costuma acontecer por etapas que se repetem: ciclo 1 – Encantamento, quando o homem é gentil e atencioso, mas começa a dar sinais da violência; ciclo 2 – Aumento da Tensão, quando ocorre o aumento das discussões, o homem se irrita por pequenas coisas, tem acessos de raiva, humilha e faz ameaças; ciclo 3 – Ato de Violência, quando as agressões se intensificam; ciclo 4 – Arrependimento, quando ele afirma estar com remorso, e promete que a situação não vai mais se repetir e que tudo vai mudar. Passado um tempo, a tensão retorna e o ciclo recomeça.

Para garantir o acolhimento integral das mulheres, em qualquer fase do ciclo e em qualquer dessas formas de violência, a Lei Maria da Penha prevê que a política pública de enfrentamento à violência doméstica ocorra de forma conjunta e articulada entre as diversas instituições: a Polícia, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, além dos equipamentos de saúde e de assistência social, seja do Município, do Estado ou da União.

Então é importante saber que uma mulher em situação de violência doméstica pode acionar qualquer dessas instituições para pedir ajuda.

A polícia é responsável por registrar a denúncia do crime e investigá-lo, por receber o pedido de medida protetiva de urgência (MPU) e enviá-lo para o Judiciário, e por ajudar no cumprimento destas (como retirar o agressor de casa, acompanhar a mulher na retirada dos pertences e levá-la ao abrigo). O Ministério Público é o órgão que acusa o agressor e acompanha o processo criminal, buscando obter a condenação, sendo possível também obter uma indenização, neste mesmo processo, pelos danos causados. Em alguns estados, Ministério Público oferece o serviço de ressocialização dos agressores (grupos reflexivos) e o serviço de assistência à vítima.



A Defensoria Pública é o órgão que oferece assessoria jurídica gratuita, consistente (i) na apresentação e acompanhamento de ações judiciais de divórcio, partilha de bens, guarda e pensão dos filhos, e de outras que forem necessárias; (ii) no pedido de concessão, renovação e revogação da medida protetiva de urgência (MPU); (iii) na orientação sobre o processo criminal e no (iv) encaminhamento para outros serviços, conforme suas necessidades. Em diversos estados do país existem núcleos especializados, que oferecem atendimento multidisciplinar (jurídico, social e psicológico). A assistência jurídica qualificada (orientada pela compreensão da desigualdade de gênero) é fundamental para a mulher se sentir segura, estar informada dos seus direitos, e protegida de eventuais ataques que o agressor possa fazer através do Judiciário, como reivindicar a guarda dos filhos, denunciá-la por alienação parental, ocultar bens do casal, entre outros.

Nos equipamentos de saúde é possível obter atendimento psicológico, psiquiátrico, além do acesso a serviços de contracepção de emergência e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em caso de violência sexual. Já na assistência social, a mulher pode ser inserida em políticas de acesso ao emprego, à renda e à qualificação profissional, em programas de benefícios sociais e de habitação, além de ser encaminhada para abrigos e outros serviços que se fizerem necessários.

Pela lei, todos esses serviços deveriam funcionar em um mesmo local, em “centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar”, que receberam o nome de Casa da Mulher Brasileira. No entanto, essa política de unificação ainda não foi implementada de forma satisfatória no país.

Ainda são muitos os desafios para a implementação integral da Lei Maria da Penha. A política de enfrentamento à violência doméstica não tem a mesma qualidade e eficácia nas zonas urbanas e rurais, entre as mulheres brancas, negras e indígenas, entre mulheres ricas, de classe média e pobres, entre mulheres com e sem deficiência, entre mulheres cis e trans, entre mulheres hétero e aquelas com outra orientação sexual, entre jovens e idosas. Mulheres em situação de rua, com doença mental e com dependência química também não contam com a devida proteção.

A limitação da política pública frente à intersecção de vulnerabilidades das mulheres; o aumento dos registros de denúncia, de pedidos de medidas protetivas e de feminicídios; a utilização da criminalização e do aumento das penas como resposta prioritária do Legislativo, e a apropriação do tema de forma eleitoreira; a desestruturação dos serviços mediante cortes no orçamento do Poder Executivo, sobretudo entre 2016 e 2022, e o crescimento de financiamentos por emendas parlamentares, que não garantem a continuidade do serviço; e a baixa qualificação de profissionais que atuam no atendimento à mulher, contribuindo para a revitimização e outras violências institucionais; são alguns dos desafios que precisamos enfrentar de forma coletiva.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos apresentados acima são apenas o ponto de partida para compreender como o nosso país vem lidando com a violência doméstica contra a mulher.

Neste ano de 2026, a Lei Maria da Penha completa 20 anos de existência. Há motivos para celebrar, como a popularização da lei em várias camadas da sociedade, enfrentando o ditado popular de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

E há motivos para refletir. Como exposto pelas participantes ao final da aula, as mulheres ainda lidam com o sentimento de impunidade, o julgamento da vítima pela sociedade e pelas instituições estatais, a dificuldade em obter apoio das instituições, dentre tantos outros desafios que nos fazem questionar: onde, afinal, a mulher está segura?

Retomando o exercício de olhar para a legislação ao longo das três gerações da minha família, posso dizer que a vida das mulheres melhorou bastante de 1926 para cá.

Eu tive acesso a uma série de direitos que foram negados à minha avó, que não vota, não escreve nem lê, pelo fato de ter nascido mulher, ou melhor, ter se tornado mulher, como disse Simone de Beauvoir, num tempo em que estudo, política e trabalho eram privilégios dos homens.

Eu vivo em um tempo histórico em que a violência contra a mulher é reconhecida como um crime que não pode ser justificado pela “defesa da honra”, mas que mesmo assim, ainda nos submete a múltiplas violências dentro e fora de casa.

Nos últimos 100 anos, minha avó e milhares de brasileiras travaram batalhas individuais e coletivas que pavimentaram o caminho para que o impossível de um tempo se tornasse possível hoje.

Cabe a nós fazer do impossível de hoje, o possível de amanhã.



5.2 Justiça Reprodutiva e Religião: apontamentos para uma conversa

Pâmela Cervelin Grassi: Integrante da equipe da ONG Católicas pelo Direito de Decidir. Mestre em História do Tempo Presente (UDESC) e diplomado em História (CIMSUR/MX).

Justiça Reprodutiva

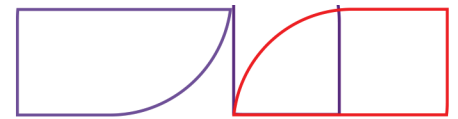
Quando a pauta da conversa é a luta pelo direito de decidir de todas as mulheres, é cada vez mais comum no Brasil movimentos e organizações feministas adotarem a perspectiva da Justiça Reprodutiva. É um conceito amplo, que integra a noção de saúde e direitos reprodutivos à justiça social e que reivindica a igualdade de acesso a direitos necessários a uma vida digna para mulheres e meninas, indissociável dos atravessamentos interseccionais de raça/etnia, gênero e classe.

O termo é recente, cunhado na década de 1990 nos Estados Unidos e que nasce da experiência de mulheres negras como um contraponto às injustiças reprodutivas e em um contexto social, econômico e político marcado pelo racismo estrutural e institucional. Vale mencionar que, em 1994, na Conferência sobre População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, no Cairo (Egito), a articulação e o posicionamento de mulheres negras fizeram o tema da Justiça Reprodutiva emergir com potência (Godoy, 2022).

Mais que um conceito, sua história sinaliza que é uma ferramenta de transformação social, sensível principalmente às realidades das mulheres negras, indígenas, periféricas e trans, se mostrando como um “frutífero caminho para a compreensão das vivências de mulheres oriundas da América Latina e Caribe, reconhecendo também nesses territórios a histórica violência colonial” (Fonseca, 2024). Ademais, ações coletivas por Justiça Reprodutiva no Brasil dispõem de caminhos traçados tempos antes da criação do termo: de Carolina Maria de Jesus a Tereza de Benguela, de Laudelina Campos de Melo a Sueli Carneiro, de Margarida Alves a Roseli Nunes.

Conversar sobre Justiça Reprodutiva é defender as condições dignas para decidir sobre a maternidade: demanda o direito de decidir não ter filhos, o direito de decidir ter filhos e o direito de infâncias vividas em ambientes livres de violência, coerção e discriminação. Ou seja, para além do direito ao aborto, também é reivindicado o direito à maternidade com cuidado integral antes, durante e depois da gestação.

Serviços de saúde como métodos anticoncepcionais, cuidados pré-natais, parto, aborto legal, exames (Papanicolau e mamografia), prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis e HIV/Aids; educação sexual nas escolas; enfrentamento à violência doméstica; acesso a direitos básicos para uma vida digna como educação, moradia, segurança e salários justos para o sustento das famílias. Muitos são os exemplos de direitos, serviços e políticas sociais abrangidos pela Justiça Reprodutiva e todos eles partem de uma ideia essencial: a decisão sobre nossos corpos depen-



de das condições concretas de existência e do acesso a elas.

Nesse sentido, o papel social do Sistema Único de Saúde (SUS) e seu fortalecimento são fundamentais para a efetivação dos direitos reprodutivos e de medidas concretas que desestruturam as desigualdades. Pesquisas mostram que cerca de 67% da população atendida no SUS é negra de cor preta ou parda e impressionantes 90% dos nascimentos de mulheres negras ocorrem nos hospitais públicos (Chaves, 2025). O mesmo sistema que garante direito à saúde e universalidade para a maioria da população brasileira falha gravemente com as pessoas que mais dependem dele: de assistência e casos de racismo, xenofobia e LGBTfobia são situações cotidianas nos atendimentos (Kikuchi, 2021).

Justiça Reprodutiva, Aborto e Religião

Quem decide se a mulher pode ou não seguir uma gravidez? Se a autonomia e a capacidade de tomar escolhas informadas estivessem plenamente garantidas pela legislação, o exercício político de decisão sobre seus próprios corpos caberia às mulheres. No entanto, o cenário é outro: caso a mulher não deseje seguir com a gravidez, o Estado brasileiro não permitirá o direito ao aborto, restando a continuidade de uma gestação indesejada ou a busca por métodos clandestinos e inseguros, como clínicas ou interrupção medicamentosa.

No Brasil, o direito ao aborto é permitido somente em três ocasiões: quando há risco de vida para a gestante, gravidez resultante de violência sexual ou em casos de anencefalia fetal (má formação do cérebro do feto). Isso não quer dizer que o acesso é facilmente garantido ou o atendimento hospitalar é isento de violências. Um caso exemplar de criminalização social do aborto foi em Santa Catarina, em 2022, quando uma menina de 11 anos, grávida após ter sido vítima de estupro, foi encaminhada para um abrigo por decisão judicial. Na audiência, a juíza induziu a criança e a mãe a desistirem do seu direito legal de abortar.

Além disso, o direito ao aborto previsto em lei está constantemente ameaçado, visto a atuação de grupos religiosos conservadores, como católicos e cristãos, nas decisões do Congresso, das Câmaras Estaduais e Municipais e do Judiciário. São intervenções que apresentam uma agenda política conservadora e ancorada na ideia de defesa da família nuclear, portanto tradicional, excluindo a pluralidade de outros modelos de unidades familiares. Trata-se de um sintoma grave de erosão da laicidade do Estado e de uma captura religiosa das políticas públicas de saúde, colocando em xeque a garantia legal de que nenhuma convicção religiosa será usada para negar direitos.

“Defesa da vida desde a concepção”. “Mulheres que abortam são pecadoras”. “O aborto é contra a lei natural de Deus”. Longe de compreender a interrupção como uma questão de saúde pública e atravessada por gênero, raça, classe, religião e território, os argumentos contrários ao



aborto são, em sua maioria, de cunho religioso e indiferentes às situações concretas de aborto legal, especialmente nos casos de estupro. Podemos imaginar as situações que fazem com que mulheres, meninas e pessoas que gestam busquem um serviço de aborto legal ou recorrerem a uma clínica clandestina para interromper a gravidez, correndo risco de morte? São violências sexuais, um relacionamento abusivo, falhas no método contraceptivo ou até mesmo dificuldades financeiras.

No entanto, há vozes religiosas dissonantes, favoráveis à Justiça Reprodutiva, como Católicas pelo Direito de Decidir, organização que atua no Brasil desde 1993. Para elas, decidir é sagrado: as mulheres têm autoridade moral e ética para tomar decisões sobre todos os aspectos de sua vida, sendo que a decisão de interromper ou de prosseguir uma gravidez é prerrogativa delas. Tal afirmação é fundada na própria história da Igreja Católica, através de uma tradição pouco divulgada e oriunda do século XVI, o probabilismo, que diz que o uso da consciência para tomar decisões difíceis na vida é um direito das pessoas.

Outro dado histórico curioso, circunscrito na era medieval e que evidencia a inexistência de um consenso religioso do início da vida, são os escritos dos teólogos Santo Agostinho e Tomás de Aquino, que defendiam a ideia de que a vida começava quarenta ou sessenta dias depois da concepção. Além disso, o catolicismo só passou a condenar o aborto em 1869 – do ponto de vista de uma instituição de mais de 2 mil anos de história, trata-se de um acontecimento muito recente. A França exerceu pressão política sob o Vaticano, para que se posicionasse contrário: Napoleão III, vendo seu país sofrer uma queda considerável na taxa de natalidade, pediu ao Papa Pio 9º a condenação do aborto e do uso de qualquer método contraceptivo.

Justiça Reprodutiva, terra e territórios

E qual a relação entre Justiça Reprodutiva e as realidades sociais das mulheres agricultoras e de populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas e pescadoras)? São inúmeras as questões que apontam para respostas. Primeiramente, o acesso digno a um pedaço de terra, aos recursos naturais provenientes de um território e a uma comida de verdade e livre de agrotóxicos são condições concretas e necessárias para o exercício pleno – com liberdade e autonomia – de seus direitos reprodutivos. Como afirma a feminista comunitária e indígena maya-xinka Lorena Cabnal (2010), a recuperação e a defesa do território-terra é uma garantia do espaço concreto onde se manifesta a vida dos corpos.

O mesmo veneno que mata plantas, bichos e a microbiota dos solos e contamina a água, afeta diretamente a saúde reprodutiva de mulheres e homens que trabalham na terra. Infertilidade, aborto espontâneo, danos no sistema endócrino (responsável pela regulação dos hormônios femininos e masculinos), malformação congênita, leucemia, câncer de mama, de ovário, de tireoide e de próstata são exemplos de impactos e enfermida-

des decorrentes da exposição aos agrotóxicos e indicados na pesquisa de “Saúde Reprodutiva e a Nocividade dos Agrotóxicos” (2024), da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

A luta pela vida das mulheres e por territórios também converge quando constatamos que boa parte dos deputados federais “pró-vida”, que assinaram o Projeto de Lei 1904/2024, conhecido como “PL do Estupro”, foram favoráveis ao chamado “PL do Veneno” (2022), endossando o glifosato e outros agrotóxicos com potencial para provocar abortos espontâneos e malformações fetais. Estes “parlamentares da Bíblia” atuam em bloco, junto dos congressistas que protegem o latifúndio, isto é, a bancada do boi. O discurso é de defesa da vida. A prática é apoiar legislações que colocam a vida das mulheres e dos territórios em risco.

Justiça Reprodutiva e solidariedade coletiva

Não podemos ser indiferentes às dores das nossas irmãs que padecem em hospitais ou clínicas clandestinas. Lutar por Justiça Reprodutiva é pôr em prática a solidariedade coletiva, como ações políticas nas ruas, escolas, redes sociais, movimentos sociais e igrejas. É compreender que a decisão sobre querer ou não gestar é uma questão de saúde pública e não do âmbito moral e estigmatizante. Cabe às mulheres decidirem com autonomia e com condições dignas, sem ameaças e imposição de familiares, do Estado ou das Igrejas. Decidir é sagrado! Que seja respeitada a nossa vontade!

REFERÊNCIA

ABRASCO. Saúde Reprodutiva e a Nocividade dos Agrotóxicos Relatório de Projeto. 2024. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2024/04/Saude-Reprodutiva-e-a-Nocividade-dos-Agrotoxicos-Abrasco-2024.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ANGELINI, C.; ROCHA, L.; KIKUCHI, P. Justiça Reprodutiva e Religião: algumas ideias. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2023. Disponível em: <<https://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2023/07/JUSTICA-REPRODUTIVA-E-RELIGIAO.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CABNAL, Lorena. Feminismos diversos: el feminismo comunitario. ACSUR-Las Segovias, 2010.

CHAVES, Marjorie. Contra o racismo no SUS, a luta por justiça reprodutiva. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasaude/contra-o-racismo-no-sus-a-luta-por-justica-reprodutiva/>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

FONSECA, Leandro Noronha da. Mulheres vivendo com hiv/aids e a perspectiva da justiça reprodutiva. Justiça Reprodutiva e Religião: Modelos e Retratos do Brasil, Católicas pelo Direito de Decidir, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Ebook-Justica-Reprodutiva-e-Religiao-Modelos-e-Retratos-do-Brasil-Catolicas-pelo-Direito-de-Decidir-2024.pdf> Acesso em: 03 fev. 2026.

GODOY, Jamile. Mulheres negras, latino-americanas e caribenhas: a Justiça Reprodutiva e a prática da solidariedade. Católicas pelo Direito de Decidir, São Paulo, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://catolicas.org.br/destaques/mulheres-negras-latino-americanas-ecaribenhas-a-justica-reprodutiva-e-a-pratica-da-solidariedade/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

KIKUCHI, Priscila. Justiça reprodutiva, decolonialidade e religião: alguns aportes teóricos para um começo de conversa. Revista de Filosofia Poesis, Montes Claros, v. 23, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poesis/article/view/4900/4997>. Acesso em: 04 fev. 2026.





6. TRABALHOS DE TEMPO COMUNIDADE DA TURMA DE DEFENSORAS POPULARES DO CAMPO

O tempo comunidade é um tempo/prática realizada no lugar onde vive a educanda e envolve a sua realidade. Cada trabalho de tempo comunidade foi vinculado a um eixo temático do curso e foi realizado com o mesmo compromisso de participação nas aulas do curso.

6.1 - 1º Tempo Comunidade - Orientações para o trabalho:

Na dinâmica do relógio, pedimos às companheiras que anotassem tudo que realizam ao longo de 24 horas em um relógio desenhado em um papel. A orientação foi para que fosse anotado TUDO, TUDO MESMO. Os trabalhos de cuidados, os trabalhos realizados ao mesmo tempo de outros. Do trabalho na roça ao trabalho de ir buscar o filho na escola. O descanso (quando houve!), o tempo de conversas com outras pessoas e tudo mais que se fez.

A dinâmica do relógio foi registrada por três dias seguidos. Após o exercício individual, a dinâmica foi trabalhada em rodas de conversa, de forma coletiva, com outras mulheres dos territórios em que cada uma reside. Para a realização da roda de conversa, orientamos para que fosse organizado:

- O ambiente da roda de conversa: ornamentar com as nossas simbologias, bandeira, livros, flores, entre outros elementos de embelezamento e identidade de luta;
- Preparação do conteúdo: se possível, se juntar com outra ou outras companheiras para organizar e apresentar os principais pontos de discussão do primeiro eixo de aulas do curso: o que é ser mulher na nossa sociedade, trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho e etc;
- Escutar as companheiras presentes: a roda deve se propor a estimular a participação e a escuta deve ser atenta à partilha que cada uma trazer;
- Desenvolver a dinâmica do relógio: com preparação de papel e caneta para todas – orientar que tragam ou, se possível, organizar para garantir material a todas. A orientação principal é que cada companheira pudesse puxar pela memória como está organizado seu dia, quais são as tarefas que desenvolve, o tempo que dedica a cada coisa, inclusive a si mesma, com a partilha da construção do relógio de cada uma. Estabelecer um tempo para que cada uma faça seu relógio, em geral 15 a 20 minutos, e depois retomar para a socialização;
- Após este primeiro momento, fazer coletivamente um novo relógio sobre a organização cotidiana dos homens, a partir das percepções das próprias mulheres e comparar estes relógios entre si.

Questões para animar o debate:

1. Em quais atividades as mulheres ocupam seu tempo?
2. Quais as atividades que tomam mais tempo e quais ocupam menos tempo?
3. Olhando para o nosso relógio, quanto tempo dedicamos para nós? Quanto tempo gastamos com os cuidados dos outros?
4. Nossas atividades de trabalho em casa contribuem com o sustento da família? De que forma?
5. Mulheres e homens têm as mesmas atribuições em casa, no trabalho, na comunidade?
6. Como avaliamos a divisão de trabalho entre mulheres e homens?
7. Quais ações poderíamos desenvolver para reorganizar os tempos, de forma coletiva, socializando alguns trabalhos entre todos e ampliando o tempo que as mulheres possam dedicar a outras atividades criativas, de descanso, de lazer e autocuidado?

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO:

- Orientamos que fossem feitas fotos das rodas de conversa;

- A apresentação dos trabalhos se deu em encontros regionais onde cada região se reuniu para socialização;

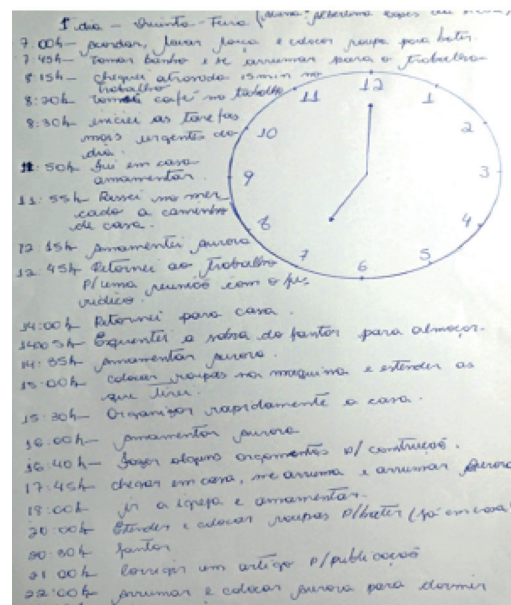
- Em umas das aulas, foi destacado um tempo para apresentação de cada região com uma síntese dos trabalhos de tempo comunidade para toda a turma.

Seguem alguns resultados dos trabalhos de tempo comunidade.

1.1.1. Alguns resultados dos trabalhos - Dinâmica do relógio da REGIÃO AMAZÔNICA:

Albertina Lopes da Silva – Projeto Agroextrativista Praia da Piranheira

“Depois que fiz, percebi que deixei coisas sem anotar. O que é engraçado porque antes de fazer essa atividade, ao final do dia eu sempre ficava com a sensação de que eu não tinha feito quase nada, o dia não tinha sido produtivo, tantas coisas a mais eu poderia ter feito. E olha que aproveitei o feriado e o final de semana para fazer essa atividade.”



Jane Batista de Freitas - Assentamento Padre Josimo

“A roda de conversa foi realizada no Acampamento Padre Josimo, em Carrasco Bonito, Tocantins, com a participação de quatro mulheres, na faixa etária dos 40 anos. A metodologia garantiu a participação de todas, que se envolveram de forma ativa.

O ponto mais marcante foi quando eu trouxe o debate, já iniciado na aula anterior das Defensoras Populares, sobre o fato de que a mulher não tem descanso nem mesmo no domingo. As participantes trocaram muitas reflexões e decidiram que a partir de agora vão reservar o domingo para si mesmas. Para começar a mudança de algum lugar.”



Roda de conversa com as mulheres no Acampamento Terra Cabana – Pará

6.1.2. Alguns resultados – Dinâmica do relógio da REGIÃO SUDESTE:



Danieria Carolino – Assentamento Vale da Vitória/ Espírito Santo

“A mulher está sempre dedicada a cuidar e zelar das tarefas cotidianas sejam elas pertinentes ao trabalho doméstico, ao trabalho assalariado, não assalariado, ao cuidado com os filhos, cuidado com idosos e pessoas doentes. Esse trabalho requer a maior parte do tempo das companheiras, sabendo que um dia tem 24 horas, quando paramos para refletir sobre as horas é que percebemos o quanto o tempo das mulheres é desigual em



relação ao tempo dos homens. A mulher levanta cedo, organiza os filhos para ir à escola, prepara café, almoço, lanche, sai para trabalhar fora, cuida das criações, limpa casa, lava roupa, faz comida, limpa quintal, cuida da horta, trabalha no lote, ajuda na associação do assentamento, participa de coordenação de espaços formativos, contribui nas tarefas da igreja, do grupo de mulheres, pega os filhos no ponto de ônibus, leva para casa, cuida da higiene das crianças, prepara o jantar, recolhe a roupa do varal, ajuda as crianças nas tarefas da escola, toma banho, janta e vai dormir já pensando nessa dupla e tripla jornada que é rotineira. Enquanto os homens que têm as mesmas 24 h, em sua grande maioria, ainda que não seja generalizado, tem o funcionamento do relógio desigual ao das mulheres. O homem levanta cedo, toma o café e sai para trabalhar, seja fora, na diária, na roça, na cooperativa, ou em qualquer outra tarefa ou trabalho. Infelizmente a diferença se dá através da distribuição e atribuição das tarefas cotidianas. A grande maioria das vezes a participação e a contribuição dos homens nas tarefas diárias do cotidiano fica sob inteira responsabilidade das mulheres, como se o tic tac do relógio das mulheres fosse num ritmo mais acelerado.

Enfim, ouvindo um pouco mais as companheiras, vários relatos, tais como: o homem chega do trabalho toma banho deita no sofá e paga o controle da televisão e fica assistindo canal esportivo, jogo de futebol, outras vezes fica no celular, algumas vezes já sai do trabalho e para no bar, enquanto isso o relógio da mulher não dá trégua cada hora é marcada pela realização de várias tarefas, muitas vezes sem o tempo necessário para o banho, para a alimentação, para os cuidados pessoais e com a saúde.

Bem, a importância dessa dinâmica foi fundamental pois, possibilitou reflexão, espaço de escuta, aproximação e de formação levando as próprias companheiras relatar como o tempo e o trabalho das mulheres são anulados, invisibilizados, e algumas vezes sem perceber elas mesmas reproduzem essas expressões que desvalorizam a importância e o papel das mulheres na sociedade. O interessante da realização dessa dinâmica foi o de perceber que muitos sentimentos vivem aprisionados dentro dos corpos das mulheres, e que quando esses espaços de conversa, escuta e troca são proporcionados eles promovem cuidado, afeto, trocas, formação e sobretudo acolhimento, não é um espaço de julgamentos ou de reprovação, mas sim espaço de formação e libertação das opressões."





Eliane Ramos de Souza - Assentamento 1º de Junho / Minas Gerais

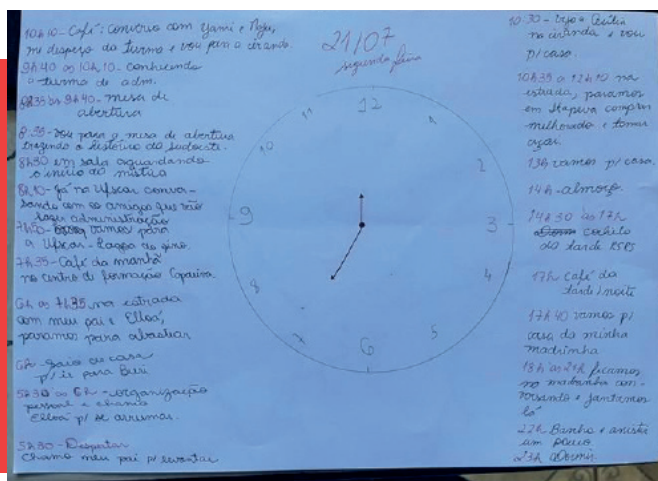
“Trabalhando em casa, consigo administrar o que tenho, além de traçar estratégias para substituir algo que eu poderia estar tendo um gasto financeiro maior. Como por exemplo, consigo reciclar e aproveitar melhor os alimentos que tenho em casa, consigo cuidar melhor das crianças além de ter uma maior contribuição na sua educação através da minha vivência em casa. Não deixo

nada estragar, consigo ter visão de onde está precisando investir e economizar.

O homem acaba fazendo uma separação de sua função e se vendo como único provedor da casa. Ele se convence que seu trabalho é o mais cansativo e que em casa a mulher não trabalha. Então toda a carga de serviço de casa e a vivência na comunidade fica por conta da mulher. Porque segundo a grande maioria, “não trabalhamos”. Esta visão machista faz com que nós mulheres trabalhemos o dobro que eles, não sobrando tempo para nós mesmas, e muitas vezes cuidar nem da saúde.

Socializamos diversas coisas que poderiam ser feitas para nós como: Dias ou encontros de lazer com café, ensinamentos para saúde da mulher e autocuidado principalmente com o que a mulher tem em casa, plantas medicinais, exercícios físicos. Um espaço onde a mulher pudesse ter um tempo para pensar na sua vida em geral, incentivando ainda mais a igualdade de trabalhos domésticos entre homens e mulheres.”

Fernanda Evangelista – Minas Gerais



Fernanda Ramos – São Paulo

“A atividade do relógio nos levou a refletir sobre quem somos no nosso dia e quanto somos sobrecarregadas com demandas nossas e de quem nos cerca. Conversamos sobre o quanto é importante colocar limites para o nosso trabalho. Refletimos sobre como para as mulheres não é uma limitação o “não saber fazer” (frase muito usada por homens especialmente para atividades domésticas), porque sempre damos um jeito de aprender para executar.

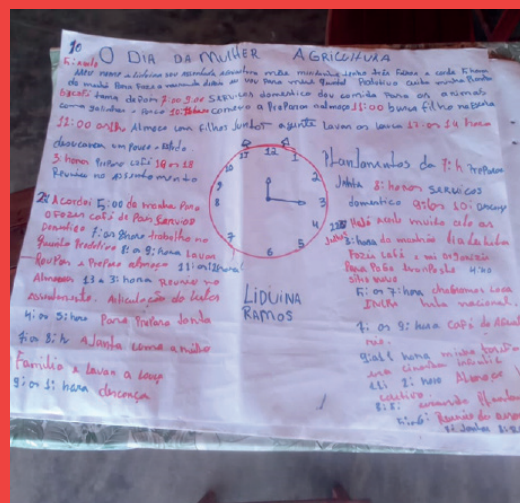
Também colocamos como é importante realizarmos oficinas de defesa pessoal para mulheres nos assentamentos e em tornar essa roda de conversa em algo mensal, trazendo participação de outras mulheres.”

6.1.3. Dinâmica do relógio - REGIÃO NORDESTE:

Liduína Ramos - Ceará

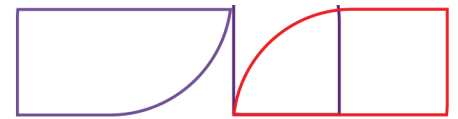
“Roda de conversa foi na sala do EJA do assentamento Barra do Leme no sítio de Pentecostes. Na formação, aconteceu a apresentação do curso de defensores populares do campo e eu consegui mobilizar 10 companheiras. Fizemos um momento de Mística, apresentações das companheiras, depois fizemos a construção do relógio coletivo. Fiquei impressionada com a forma que as companheiras falaram sobre a vida delas. A faixa etária das pessoas era de 20 a 60 anos de idade.

A metodologia da formação foi ótima. Elas gostaram muito. Também trabalhamos mais a violência contra as mulheres, a participação das mulheres na luta. Ao mesmo tempo que ser mulher é ser protagonista da sua própria história de vida. Teve também alguns companheiros que fizeram o seu relógio coletivo e nós percebemos uma diferença do trabalho das mulheres para o trabalho dos homens. As mulheres trabalham bastante em vários trabalhos e os homens mais faz só um trabalho”



Sintia Silva - Ceará





Maria da Conceição – Rio Grande do Norte

“Foi muito lindo ver as companheiras falando sobre a vida delas de trabalho no dia-a-dia, onde vimos que cada uma tem uma forma de trabalho diferente. Elas também relataram sobre o dia-a-dia dos homens. Por mais que eles trabalhem, elas falaram que as mulheres sempre têm mais trabalho e uma bagagem enorme totalmente maior e diferente. Queria dizer que essa atividade foi um momento muito maravilhoso”.

6.1.4. Alguns resultados – Dinâmica do relógio na REGIÃO CENTRO OESTE:

Thaís Oliveira e Rosecleia Souza – Rondônia



“Nosso grande desafio foi conseguir reunir as mulheres para realizar o trabalho do tempo comunidade. Mesmo assim, com bastante insistência conseguimos fazer uma roda de conversa chamada conversa de comadre. A maioria das mulheres eram idosas, e citaram esta dificuldade de ver como dividir seu tempo.”



Domingo é dia de Descanso

Levantei cedinho
Preparei o café
E lavei as vasilhas antes de tomar o café
Limpei a casa
Agoei a horta
Colhi verduras
Me banhei e fui pra igreja
(porque hoje é domingo, dia de descanso)
Cheguei da igreja e preparei o almoço
Fiz sobremesa
Pus a mesa (hoje tem visita porque é domingo, dia de descanso)
Lavei vasilhas
Fiz sala pras visitas
sorrindo o dia todo
Preparei o café da tarde (só um bolo, uns petiscos e um suco)
Lavei as vasilhas do café
Fui na roça pegar mandioca porque o Zé gosta de sopa na janta
Tratei os animais
Fiz a janta
Tomei banho
E agora vou dormir porque amanhã é segunda, é dia de trabalho
Hoje não.
Hoje é domingo, dia de descanso!

ThaLu



Lorena Brites - Acampamento Alexandre Sabala - Ponta Porã/ Mato Grosso do Sul

Ela está cansada.

As rugas que saem de seus olhos traçam a face evidenciando a vida peleada, como a marca do açoite nas costas de uma pessoa escravizada.

A testa contraída, a cada dia tem mais dificuldade de relaxar e esboçar alguma felicidade.

Os lábios se movimentam somente para o essencial. E naquela altura da vida ela se questiona se sorrir é essencial.

As mãos calejadas são frias como o vento Sul que sopra nos Campos abertos. As costas se curvam como se carregassem sacos de milho montanha nicaraguense acima. Ela tenta se erguer mas há algo que teima em pesar. Ela está cansada.

Queria poder ser intransigente com os revolucionários de meia existência.

Capazes de sozinhos vencerem um canhão, mas que o sopro do respeito é como um tufão.

Para estes, sábios declamadores de manuais sobre “ Como se tornar um quadro ” a autonomia de uma mulher é a exceção à regra: não diz respeito ao sistema ou sobre como derrubá-lo. Estão enquadrados na incoerência da negação do óbvio. É coisa menor, sem importância, não se deve dar relevância a estas frivolidades da vida.

Somos seres humanos, suscetíveis a erros.

Nossa mudança não acontecerá do dia para a noite, é um processo.

Ela queria sair das salas fechadas de julgamento, onde juízes decidem: o que é certo e errado, e se deitar debaixo do sol, com alguém ou só.

Queria falar sem a preocupação de que estão fingindo ou não prestam atenção. Não ser diminuída pelo que é ou considerada pelo que não é.

Queria dizer o quanto ama e se embriagar de beijos sem o medo de ser levada por alguém a lugares que não quer.

Queria dançar, perder a hora, caminhar pela madrugada, se apaixonar pela lua, conversar com ela sobre como tudo mudou, está novo e verdadeiro.

Ela queria. Apenas. Mas este é o pretérito imperfeito do indicativo e o aumento do tom de voz e a mudança do gesto das pessoas ao seu redor a fazem voltar à realidade.

É o momento de erguer o punho esquerdo.

- Vem lutemos



Elenice Silva - Assentamento Mártires do Carajás em Poxoreo/ Mato Grosso

“Na análise da construção dos relógios diários aparece um conjunto de informações importantes, possibilitando visualizar a permanência da exploração do trabalho feminino que está gravada historicamente por esse sistema patriarcal explorador. A metodologia de construir o seu próprio relógio possibilitou melhor a gente trabalhar as perguntas chaves de análise de visualizar o trabalho triplo/ quádruplo das mulheres nesse processo de desigualdade.”



Camila Alves – Acampamento Dom Tomás Balduino/ Goiás

A conversa teve como pontos centrais as seguintes perguntas:

- O que é o trabalho?
- Qual tempo dedicamos ao cuidado?
- Como dividimos o nosso tempo no dia a dia?
- Temos com quem compartilhar esse trabalho?

A atividade foi conduzida de forma acolhedora e participativa, buscando valorizar as experiências individuais e coletivas das mulheres presentes.

Dinâmica: “Palavras que afirmam”

Durante a roda, realizamos uma dinâmica em duplas, onde cada mulher dizia, em voz baixa, uma palavra de afirmação para a companheira. Aos poucos, o volume foi aumentando, até que todas falassem em voz alta. A proposta simbolizou como, com o tempo, a voz das mulheres pode ser silenciada pelas sobrecargas e como é importante recuperar o nosso lugar de fala e autoestima.

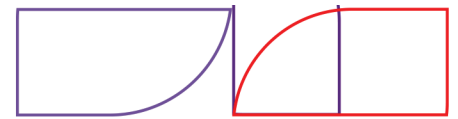
O momento foi forte e emocionante. Mulheres que antes não se expressavam conseguiram falar, algumas choraram ao compartilhar suas dores e experiências. A dinâmica foi também um espaço de cura e acolhimento.

Corpo, música e libertação

Com os olhos fechados, ouvimos uma música dançante e conduzimos uma meditação ativa, incentivando que cada uma jogasse para fora as negatividades, balançando o corpo e liberando as tensões. Foi um momento de libertação, leveza e conexão.

Ao final, refletimos sobre a divisão do trabalho no cotidiano, a invisibilização do trabalho de cuidado e a necessidade de compartilhamento das tarefas e apoio mútuo entre mulheres.

A atividade reforçou a importância de espaços de escuta, fortalecimento e consciência coletiva, onde o cuidado com o outro começa também pelo autocuidado e reconhecimento de si.



6.1.4. 1.1.5. Dinâmica do relógio - REGIÃO SUL:

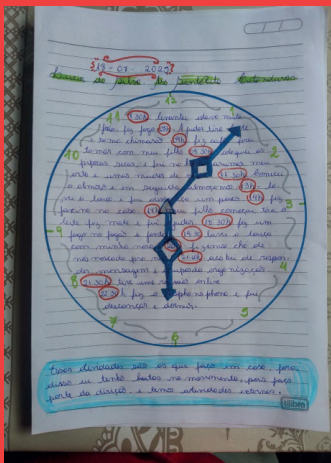
Relato das mulheres sobre o trabalho do relógio.



Silva Reis Marques – Assentamento Conquista da Luta- Itacurubi / Rio Grande do Sul

Foi interessante pois os relógios também apontaram o cuidado com as pessoas, família, comunidade, pouco tempo para o autocuidado e para as mulheres fazerem o que gostam. O trabalho é na casa, na produção, também se desdobra nas atividades do movimento.

Na atividade do Rio grande do Sul, foi constatado, a participação dos companheiros em dividir as tarefas com as mulheres, muitos por já terem passado por formação do movimento já consegue ajudar nas tarefas da casa e planejar conjuntamente com sua companheira o trabalho e a produção.



Lucia da Silva – Santa Catarina

São as mulheres que gerenciam tudo e quando saem de casa, também gerenciam como acontecerá s tarefas de um encontro, uma festa e ou uma partilha de doações.



Sirlene Ieque - Paraná

Na construção do relógio foi bem forte para mim pois, algumas mulheres socializarem que passavam por violências e nem percebiam. Foi um momento de socializar o que passavam. Um momento bem forte. No grupo tiveram coragem de falar. Também foi organizado um momento de compartilhar lanche com as mulheres, cada uma trouxe um prato e ficou muito lindo.

6.2 - 2º Tempo Comunidade - Orientações para o trabalho:

Durante as aulas do Eixo 2, estudamos a história do feminismo e o feminismo camponês e popular e pudemos reconhecer a trajetória histórica da luta das mulheres e a nossa contribuição à essa história. Muito embora tenhamos avançado nas nossas lutas, o patriarcado não descansa. A ofensiva capitalista, racista e patriarcal ocupa o nosso cotidiano de muitas formas! Está presente nas novelas, nas redes sociais, nas músicas em que escutamos. A busca é pela naturalização da exploração e opressão!

Dessa forma, no nosso tempo comunidade, desse eixo, devemos olhar com o cuidado para o cotidiano do que consumimos ideologicamente! analisar o que entra em nossas casas e no nosso dia a dia que possui relação direta com a dominação patriarcal, racista e capitalista.

Pode ser uma cena de novela, um programa de televisão, uma música, um meme, uma embalagem de produto de shampoo, uma propaganda. O fundamental foi o registro: por foto, texto que conta o fato, letra da música. Este é o primeiro registro!

O segundo registro deve salvar alguma música, imagem, propaganda e etc que contenha um conteúdo legítimo, importante para as mulheres e que contribua para a nossa libertação.

Como dissemos antes, este é um chamado para o cotidiano do que consumimos !

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO:

- Cada companheira deve registrar os conteúdos que selecionou (1 conteúdo negativo sobre como as mulheres são retratadas e 1 conteúdo positivo) e deve fazer uma pequena reflexão sobre os conteúdos. O que fez o conteúdo ser selecionado? Como despertou a inquietação? Como foi percebido?

6.2.1. Resultado do 2º trabalho de tempo comunidade - Região Amazônica:

O que consumimos diariamente:
Música

Faixa Amarela
Zeca pagodinho
Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata nem é ouro
É uma coisa bem singela
Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela
E para gente se casar
Vou construir a capela
Dentro de um lindo jardim
Com flores, lago e pinguela
Sem falar na tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela
Mas se ela vacilar
Vou dar um castigo nela
Vou lhe dar uma banda de frente
Quebrar cinco dentes e quatro costelas
Vou pegar a tal faixa amarela
Gravada com o nome dela
E mandar incendiar
Na entrada da favela.

Mikaelen Santos - Maranhão

No meu dia a dia, a música está sempre presente. Seja nos momentos de conexão profunda comigo mesma, seja nos momentos de descontração, desde o banho até o preparo da refeição, tenho cada vez mais escutado ritmos que cresci ouvindo isso me ajuda a sempre está conectada com minhas raízes, com isso tenho ficado cada vez mais sensível com o que escuto ainda mais depois de entender como a industrial cultural reforça e naturaliza a opressão do capital em nossas vidas. Porém, mesmo com essa compreensão a sutileza da naturalização da violência contra as mulheres é absurda. No primeiro exemplo, trago uma música do gênero SAMBA, gênero esse que escuto todos os dias, a música Faixa Amarela na grande parte do seu corpo, relata o processo de 'conquistista' que o homem faz para ter a mulher desejada, traz seu desejo por ela, o que ela fará para conquistá-la e repete isso várias vezes. Porém, nas estrofes finais da música ele fala o que fará se ela 'vacilar', lhe dará um 'castigo' ato esse que na própria música diz vai agredir a mesma, reproduzindo o que acontece diariamente com nossos corpos quando não aceitamos fazer o que querem, e o ponto mais forte ainda é que isso só aparece no final da música, quando você já aprendeu, já ficou na sua cabeça e você já repetiu várias e várias vezes.



Estátua de Molly Malone

A imagem destacada representa a mulher chamada Molly Malone, uma jovem de Dublin, na Irlanda. Segundo a tradição Molly era uma jovem bonita, trabalhadora, que vendia mariscos pelas ruas de Dublin. A estátua foi criada para representar os vendedores de rua da cidade e virar um marco turístico. O motivo de ter selecionado o conteúdo foi pelo impacto de ver homens batendo foto segurando e beijando os seios da estátua de Molly. O que demonstra o contexto de uma sociedade machista e patriarcal que expressa a cultura do estupro, ou seja, homens acham que tem o direito de tocar nas mulheres sem autorização no corpo de mulheres ou podem fazer o que eles querem os corpos sobre as mulheres, pois para eles, homens, as mulheres "provocam" tais ações destes homens.

Música

Vidinha de Balada

Henrique & Juliano

Oi, tudo bem? Que bom te ver
A gente ficou, coração gostou não deu pra esquecer
Desculpe a visita, eu só vim te falar
'To afim de você e se não tiver 'cê vai ter que ficar
Eu vim acabar com essa sua vidinha de balada
E dar outro gosto pra essa sua boca de ressaca
Vai namorar comigo sim
Vai por mim igual nós dois não tem
Se reclamar 'cê vai casar também, com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também
Vai namorar comigo sim
Vai por mim igual nós dois não tem
Se reclamar 'cê vai casar também, com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também
Vai namorar comigo sim
Eu vim acabar com essa sua vidinha de balada
E dar outro gosto pra essa sua boca de ressaca
Vai namorar comigo sim
Vai por mim igual nós dois não tem
Se reclamar 'cê vai casar também, com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também
Vai namorar comigo sim
Vai namorar comigo sim
Vai por mim igual nós dois não tem
Se reclamar 'cê vai casar também, com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também
Vai namorar comigo sim
Vai namorar comigo sim
Vai por mim igual nós dois não tem
Se reclamar 'cê vai casar também, com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também
Vai namorar comigo sim
Vai namorar comigo sim
Vai por mim igual nós dois não tem
Se reclamar 'cê vai casar também, com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também
Vai namorar comigo sim



Vanessa Carvalho - Assentamento Comunidade dos Sonhos/ Roraima

O conteúdo dessa música, retrata escancarado o machismo que as mulheres sofrem, para além disso, temos muitas músicas antigas que tratam sobre isso e funk pesado, mas essa é de interesse particular, pois é uma música que eu percebi a letra pesada antes do curso, caminhando indo ao trabalho com o fone e a música tocando, a gente consegue perceber que nessa música a um certo tipo de imposição escancarado, “vai namorar comigo sim”, apesar das músicas sertanejas universitárias serem consideradas românticas, quando há uma imposição, ainda tem “se reclamar, cê vai casar também” ou seja, a mulher que é retrata está meio que sendo forçada a ficar com esse cara mesmo não querendo, outra parte fala sobre a invasão do espaço, “desculpa a visita”, foi a casa da mulher sem ser convidado, depois de ficar com a mulher, e ainda tem “tô afim de você e se não tiver vai ter que ficar”, é interessante que a gente escuta a música por diversas vezes e em um momento qualquer você percebe que isso é assédio, assédio pesado, e que deve servir de alerta para todas as mulheres.

Música

Uma Vida Só (Pare de Tomar a Pílula)

Odair José

Já nem sei há quanto tempo
Nossa vida é uma vida só
E nada mais

Nossos dias vão passando
E você sempre deixando
Tudo pra depois

Todo dia a gente ama
Mais você não quer deixar nascer
O fruto desse amor

Não entende que é preciso
Ter alguém em nossa vida
Seja como for

Você diz que me adora
Que tudo nessa vida sou eu
Então eu quero ver você

Esperando um filho meu
Então eu quero ver você
Esperando um filho meu

Pare de tomar a pílula
Pare de tomar a pílula
Pare de tomar a pílula
Porque ela não deixa o nosso filho nascer

Você diz que me adora
Que tudo nessa vida sou eu
Então eu quero ver você
Esperando um filho meu
Então eu quero ver você
Esperando um filho meu

Pare de tomar a pílula
Pare de tomar a pílula
Pare de tomar a pílula
Porque ela não deixa o nosso filho nascer

Maria dos Santos – Maranhão

Essa música mostra explícito o machismo deste homem. Começa com uma chantagem emocional e ao mesmo tempo culpando ela por deixar tudo pra depois! Mas em momento algum ele pergunta a ela se ela quer ter filhos. Ele continua afirmando que eles se amam, aí torna a culpar ela por não deixar os frutos deste amor nascer. “Ela não entende que é preciso ter alguém na nossa vida seja como for!” Neste momento ele torna a impor

o machismo. Ele não está preocupado com essa mulher nem mesmo com essa criança! Quando ele diz seja como for, aí a chantagem emocional só aumenta e machismo também quando ele diz eu quero ver você esperando um filho meu. Por último, ele dá uma ordem: pare de tomar a pílula!

6.2.2. Resultado do 2º trabalho de tempo comunidade - REGIÃO SUDESTE:

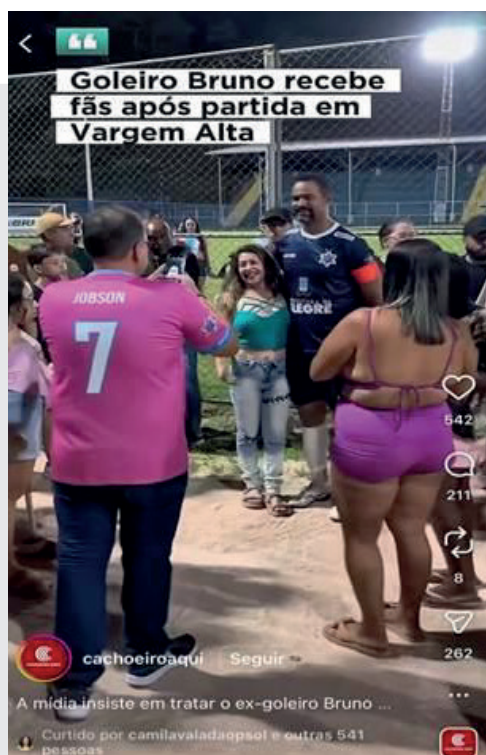
O QUE CONSUMÍMOS DIARIAMENTE?

Daniéria Carolino: Durante uma passada pelo Instagram, uma notícia me chamou atenção e confesso que fiquei muito incomodada e indignada com a matéria. Estamos passando por um momento em que o Brasil tem trazido o debate do enfrentamento as violências contra as mulheres e o estado do Espírito Santo, onde moro, por sinal ocupa o 5º lugar no ranking dos estados mais violentos do Brasil, e sendo assim o mesmo estado idolatra e recebe um jogador de futebol, Bruno Fernandes, condenado pelo assassinato e ocultação de cadáver de Elisa Samúdio, ex-namorada e mãe de um filho do jogador. Não podendo esquecer que 2025 foi um ano de recorde de feminicídios no Brasil, com uma média de quatro mulheres mortas por dia, “as que aparecem nas estatísticas”. Partindo deste anúncio e idolatria no Instagram, fiquei muito incomodada e revoltada com essa situação, de ver a forma como a normalização da violência ganha espaços e adentra nossas casas, corpos e territórios, de tal maneira que só fortalece e evidencia o aumento e disseminação da mesma. Levando a refletir que estamos vivendo um momento, um período, um processo de ruptura e continuidade. Ruptura quando o estado a partir da criação de leis, programas, políticas públicas, debate e propõe processos educativos, formativos e de capacitação de mulheres do campo, cidade, das águas e das florestas. Essa ruptura se dá com educação e qualificação que se comprometa com o processo emancipatório, onde igualdade de gênero, o respeito às mulheres e sobretudo os direitos das mulheres sejam assegurados e garantidos. Continuidade porque passaram-se anos, séculos, períodos e processos históricos, de educação, formação e ainda assim as mazelas do capitalismo, racismo, machismo e patriarcado permanecem visivelmente presentes e legitimadas na sociedade.



Segue imagem abaixo:

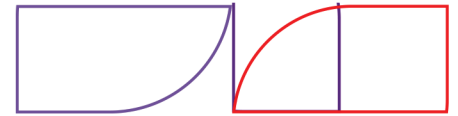
Imagem tirada da rede social



Conteúdo positivo: direito reprodutivo

Tema de aula e de importante aprofundamento e estudo, partindo dessa temática trago uma notícia de utilidade pública que vale a pena consumirmos dessas informações cotidianamente afinal a mesma trata-se do método contraceptivo, uma conquista recente do Ministério da Saúde. A partir desse ano de 2026, o IMPLANON que é o método contraceptivo moderno na prevenção da gravidez, passa a ser ofertado gratuitamente pelo SUS, uma importante conquista em relação ao direito reprodutivo e a saúde das mulheres.

É extremamente importante criar, espaços, programas, políticas públicas, espaços de formação e debate acerca do tema direito reprodutivo, pois o tema é pouco falado, escutado, estudado e debatido. Esse tema vai muito além de um método contraceptivo, ele garante autonomia, direito de decidir entre ter e não ter filhos, permite acessibilidade a métodos contraceptivos, bem como planejamento familiar, segurança durante o parto, interrupção legal da gravidez. Pautado na defesa e garantia dos direitos humanos, o direito reprodutivo, defende a igualdade e vida digna para as mulheres e meninas, principalmente na prestação de serviços pertinentes a saúde, com abrangência na educação sexual, enfrentamento às violências domésticas, violência ambiental, na garantia de salários justos entre outros direitos. Dessa forma é fundamental que possamos fortalecer os espaços de debates e estudos dessas informações, para que as mesmas sejam instrumentos de formação, mas sobretudo de libertação de todas as opressões.



“A voz da minha mãe
Ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
Debaixo das trouxas
Roupagens sujas dos brancos
Pelo caminho empoeirado
Rumo à favela.
A minha voz ainda
Ecoa versos perplexos
Com rimas de sangue
E fome.
A voz da minha filha
Recolhe todas as nossas vozes
Recolhi em si
As vozes mudas caladas
Engasgadas nas gargantas.
A voz da minha filha
Recolhi em si
A fala e o ato
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz da minha filha
Se fará ouvir a ressonância
O eco da vida – liberdade.

Conceição Evaristo

Stéfane Ketlyn de Oliveira – Rio de Janeiro

Sobre o registro negativo, me vieram diversas coisas, dentre elas os materiais infantis que nos fazem reproduzir desde a infância a submissão e o papel dito da mulher na sociedade (bonecas “bebês”, casinhas, carrinhos de bebê, maquiagens, roupas, definições de cores, comportamentos entre outros). Além das propagandas de forma geral que usam demasiadamente e sem escrúpulos a imagem socializada da mulher. Mas, por outro lado, também me provocou o inquietamento que mesmo em ambientes que possuem o objetivo de transformação social, como os de debate agroecológico, “o agricultor”, o “homem do campo”, “o pecuarista”...são muitas vezes, o agente da ação. Mas, para registro, me toquei no campo musical. Apontando uma reportagem que li no jornal Brasil de Fato. Nela havia um debate cultural sobre o machismo na música, seja ela no funk ou na MPB burguesa. Me recordei de diversas músicas que já ouvi na adolescência e nos dias atuais e que possuem um teor extremamente machista. E o interessante é ver que mesmo os artistas mais apreciados e famosos também possuem muitas músicas nesse cunho, de Chico Buarque à Vinicius de Moraes, nós não saímos ilesas. Mas, o fato positivo que ressalto é ver que não nos deixamos calar e além de criarmos músicas que exaltem nossa luta, também batemos de frente com aquelas já tão enraizadas e naturalizadas, elaborando uma versão feminista dela. Uma delas é aquela de Martinho da Vila:



“Já tive mulheres de todas as cores de várias idades, de muitos amores. Com umas até certo tempo fiquei pra outras apenas um pouco me dei...”

Que se transformou em:

*“Nós somos mulheres de todas as cores de várias idades, de muitos amores
Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei
De Elza Soares, mulher fora da lei
Lembro de Mariele, valente e guerreira
De Chica Da Silva,
Toda Mulher Brasileira
Crescendo oprimida pelo patriarcado
Meu corpo minhas regras agora mudou o quadro
Mulheres cabeças e muito equilibradas
Ninguém está confusa não te perguntei nada
São elas por elas
Escute este samba que eu vou te cantar
Eu não sei, porque eu tenho que ser a sua felicidade
Não sou a sua projeção, você é que se baste
Meu bem, amor assim eu quero é longe de mim
Sou Mulher, sou dona do meu corpo
E da minha vontade
Fui eu que descobri poder e liberdade
Sou tudo o que um dia eu sonhei pra mim
Nós somos mulheres, de todas as cores...”*

O machismo e a apologia a violência contra a mulher está abertamente exposta com diversas facetas em nosso dia a dia, naturalizada. É importante estarmos o mais atentas possível para parar de consumir esses materiais, alertar os próximos desse teor e, se possível, construir materiais que desconstruam essa cultura.

6.2.4. Resultado do 2º trabalho de tempo comunidade - REGIÃO CENTRO OESTE

Música

Naiara Azevedo

Coração pede socorro: você tem voz

Um amor desse
Era 24 horas lado a lado
Um radar na pele, aquele sentimento alucinado
Coração batia acelerado
Bastava um olhar pra eu entender
Que era hora de me entregar pra você
Palavras não faziam falta mais

Ah, só de lembrar do seu perfume
Que arrepio, que calafrio
Que o meu corpo sente
Nem que eu queira, eu te apago da minha mente
Ah, esse amor
Deixou marcas no meu corpo
Ah, esse amor
Só de pensar, eu grito, eu quase morro
Ai, esse amor
Deixou marcas no meu corpo
Um amor desse
Era 24 horas lado a lado
Um radar na pele, aquele sentimento alucinado
Coração batia acelerado
Bastava um olhar pra eu entender
Que era hora de me entregar pra você
Palavras não faziam falta mais
Ah, só de lembrar do seu perfume
Que arrepio, que calafrio
Que o meu corpo sente
Nem que eu queira, eu te apago da minha mente
Ah, esse amor
Deixou marcas no meu corpo
Ah, esse amor
Só de pensar, eu grito, eu quase morro
Ai, esse amor
Dum amor desse
Era 24 horas lado a lado
Um radar na pele, aquele sentimento alucinado
Coração batia acelerado
Bastava um olhar pra eu entender
Que era hora de me entregar pra você
Palavras não faziam falta mais
Ah, só de lembrar do seu perfume
Que arrepio, que calafrio
Que o meu corpo sente
Nem que eu queira, eu te apago da minha mente
Ah, esse amor
Deixou marcas no meu corpo
Ah, esse amor
Só de pensar, eu grito, eu quase morro
Ai, esse amor
Deixou marcas no meu corpo
Deixou marcas no meu corpo

Graciane da Luz - Acampamento Palestina/ Mato Grosso

Mulher alguma é para ser comandada, ao contrário, nós devemos ser donas do nosso próprio nariz e fazermos o que bem entendermos. Por isso vem o grito de socorro.

Mulher alguma deve ser forçada a fazer o que ela não quer, ao contrário, nós devemos ser respeitadas.

Mulher alguma merece sofrer qualquer tipo de violência, seja ela: psicológica, cárcere privado, controle financeiro, violência física. Ao contrário, merecem ter todo respeito e amor do mundo.

A violência está escondida no cotidiano para fazer a mulher pensar que é normal, sendo que na maioria das vezes é tratada como objeto.

Muitas mulheres tentam de várias maneiras pedir socorro para enfrentar as mentiras, traições, manipulações. Tantas dores, muitas vezes se tornam falta de amor próprio, baixa auto estima que a maioria nem nota, nem percebe e infelizmente quase sempre já conhecemos o final desse ciclo. Ansiedade, depressão, feminicídio. Todos os dias são inúmeros casos de violência física, psicológica e assassinatos ceifando a vida de tantas mulheres.

Tantos medos nos perseguem o tempo todo...a mulher não é objeto do homem pra ele usar quando bem querer, agredir/violentar.

Os relacionamentos tóxicos também deixam marcas.

Música

Marília Mendonça

Você não manda em mim.

Essa música reflete sobre o empoderamento feminino e a libertação das mulheres.

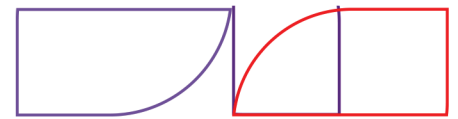
Tire suas mãos de mim
Quando eu te conheci você não era assim
Não te devo explicação de nada
Não tenho medo da sua ameaça

É que pra você é só ciúme
Mas isso é doença e você não assume
Seu amor é mal-acostumado a gritar e proibir

Você não manda em mim
Eu sei aonde eu devo ir
Eu sei o que eu posso vestir
Se tudo que eu faço te incomoda
Você sabe o caminho da porta

Se um dia eu mudar pra te agradar
Eu juro que eu troco meu nome
Quer me ensinar a ser mulher
Primeiro aprende a ser homem

É que para você é só ciúme



Mas isso é doença e você não assume
Seu amor é mal-acostumado a gritar e proibir

Você não manda em mim
Eu sei aonde eu devo ir
Eu sei o que eu posso vestir
Se tudo que eu faço te incomoda
Você sabe o caminho da porta
Se um dia eu mudar pra te agradar
Eu juro que eu troco o meu nome
Quer me ensinar a ser mulher
Primeiro aprende a ser homem

A letra dessa música diz muito sobre nós mulheres que vivemos muitas vezes em relações machistas, pouco saudáveis. Representa todas as mulheres que sofrem em relacionamentos abusivos.

O poder do feminino é sobretudo o amor próprio, auto estima e saber se valorizar!

Rosecleia Santos Souza – Rondônia

O que nós consumimos diariamente?

Conteúdo negativo: Propaganda de produto de limpeza.

O conteúdo foi selecionado porque a propaganda reforça uma ideia muito comum e naturalizada: a de que os cuidados com a limpeza e organização da casa são tarefas femininas. A escolha de cores suaves, florais e elementos delicados na embalagem sugere que o produto é “para mulheres”. Esse é um bom exemplo de como a mídia utiliza símbolos visuais para associar a responsabilidade do trabalho doméstico às mulheres, mesmo que isso não seja dito diretamente.

Ao analisar a propaganda, percebi que não se tratava apenas de um design estético, mas de uma mensagem cultural embutida. A “feminilização” do produto reforça a dominação patriarcal ao atribuir às mulheres o dever do trabalho doméstico. Mesmo sendo uma imagem aparentemente simples e cotidiana, ela carrega uma ideologia que molda comportamentos e expectativas dentro da sociedade de forma silenciosamente o que entendemos como “papel” de cada gênero dentro da casa.

Conteúdo positivo:

Letra de música Triste Louca e Má.

Francisco El hombre

*“Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar*

*Um homem não te define
Sua casa não te define*

Sua carne não te define (você é seu próprio lar)”



Esta Música de Francisco el Hombre me chamou atenção do fato que ele questiona ideias antigas e machistas que ainda aparecem no dia a dia – como a de que a mulher precisa de um homem ou deve se encaixar em padrões para ser “completa”.

O trecho mexe com a gente porque mostra o quanto muitas mulheres ainda são julgadas pelo relacionamento, pela aparência ou pela vida doméstica. A música quebra isso e diz que elas são muito mais do que isso.

Percebi que esse trecho funciona como um grito de liberdade. Ele reforça que a mulher tem autonomia, valor e identidade próprias, e que não deve ser definida por expectativas impostas pela sociedade.

6.2.5. Resultado do 2º trabalho de tempo comunidade – Região Sul

Conto do Coletivo Palavras Rebeldes do MST

A Reunião

– O Tonho pediu aumento na ajuda de custo dele.

– Ué, e por quê?

– Diz que tá endividado. Comprou uma máquina fotográfica de mais de três mil!

Andou viajando também.

– O cabra é bom, acho que merece aumento.

A reunião ainda não tinha começado. Faltavam dez minutos para as nove da manhã e o mate circulava entre a companheirada. Adamastor, um dos homens que falavam da ajuda de custo de Tonho, fez sinal para Maitê:

– Ô, cadê umas cuca?

– É, cadê uma cuquinha pra gente não passar fome na reunião? – disse o outro homem, rindo.

Quando Maitê voltou com duas cucas fatiadas, já estavam todas as pessoas.

Onze homens e duas mulheres.

– Quem faz a ata?

– Pergunta só por protocolo né? – risos – Amaia, faz a ata.

– Eu fiz a da última reunião.

– Então, tá experiente. Faz a ata.

– Maitê, faça tu.

A jovem se sentiu importante. Ia fazer a ata.

– Pauta?

– Informes. Situação da educação. Cozinheira do Centro. Calendário... – ele seguiu a lista.

Depois que os informes estavam dados, começou a discussão sobre o atraso nos salários da Educação, que estava pondo em risco as escolas do campo. Maitê, calada até então, se arriscou:

– Acho que estamos em um ponto que é tudo ou nada. Faz quase um ano que não temos pagamento do professorado... ninguém aguenta trabalhar tanto tempo sem nem um centavo pro sabonete. Acho que deveríamos fazer uma luta específica, talvez irem todas as professoras e professores pra capital, fazer um acampamento, não sei, acho até que uma greve de fome...

Gregório interrompeu:

– Tá, tá, menina, e fechamos as escolas? Pense antes de falar as coisas. Precisamos

pensar em como emular os professores, animar eles, não fechar as escolas. Vários homens falaram, avaliando o ataque do Estado contra a educação do campo, a política de fechamento de escolas e esvaziamento da zona rural.

— Cada escola que fecha é uma comunidade que morre — falou Amaia — as escolas são um centro de vida camponesa, nelas se fazem festas, reuniões, bingos, jogos, sempre ao lado da escola costuma ter um campo de futebol. Então o governo tá beneficiando os grandes latifúndios com esse fechamento de escolas, porque a camponesada acaba vendendo a terra a preço de banana e vai pra cidade. É uma política de esvaziamento do campo.

Gregório retomou a palavra:

— É hora de afrontar essa política, de fazer alguma coisa grande. Deveríamos falar com todos, todos os professores do campo, irmos todos pra capital, montar um acampamento até que o governo se comprometa em parar o fechamento das escolas e pôr em dia os pagamentos.

Várias manifestações de concordância com a ideia, e Gregório prosseguiu:

— Para pressionar, podemos fazer um jejum ou uma greve de fome, com todos os professores. Ninguém come até que o governo atenda a pauta.

— Boa ideia.

— Muito bem.

— Acho que então fica encaminhado assim, né? — Amaia finalizou a discussão.

— O ponto seguinte é a cozinheira do Centro. Quer aumento da ajuda de custo.

— Como assim? Por quê?

— Ela tem três filhas, diz que a mais velha vai começar a escola e o dinheiro não tá dando pra uniforme e material.

— Se são três, podiam rodar a bolsinha, né, ia dar uma grana — disse alguém e a sala explodiu em gargalhadas. Quando o silêncio voltou, o mesmo homem repôs — Brincadeira, gente, brincadeira. Isso não precisa ir na ata, viu Maitê?

— Coisa feia de se dizer, companheiro — Gregório chama a atenção — são três crianças, homem de deus, pelo menos espera crescer um pouco. Vamos voltar ao ponto, aumenta a ajuda ou não?

— Não devemos aumentar. Vamos ver pra comprar uma muda de uniforme e uns cadernos, assim soluciona sem aumento. Senão logo todo mundo vem querer também.

Os pontos da pauta foram sendo discutidos e fechados. Maitê não disse mais nada. Digitava a ata, mas as mãos queriam virar a mesa e rebentar coisas.

— Então é isso, pessoal. Próxima reunião mês que vem, mesmo dia.

Foram se levantando, combinando de tomar uma cerveja mais tarde, comentando as últimas do futebol e sobre a nova secretária da associação:

— É boa, é boa. E dá fácil, é só chegar.

— Essa vai longe! — e o grupinho de homens ria com gosto.

Amaia saiu sem ser notada. Devagar, os homens foram deixando a sala, onde Maitê, finalizada a ata, estava juntando copos e farelos de cuca. Só Adamastor continuava em sua cadeira, enrolando um palheiro, olhando a moça com o canto do olho.

Quando ficaram a sós, Adamastor se levantou. Deu a volta na mesa devagar, de modo a passar atrás de Maitê, que terminava de organizar papéis.

— Se não tiver nada pra fazer de noite, podia me visitar, né?

Maitê se virou surpresa.

— Que isso, Adamastor? Me respeite!

— Ahh, Maitê, não se faça não. Todo mundo sabe que você dá pro Gregório. Não custa nada, vai. Já sabe onde vivo, te espero lá.

Dando um tapa na bunda da mulher, o homem saiu rindo enquanto acendia o palheiro. Maitê limpou a mesa, recolheu o lixo, guardou o computador, foi embora sozinha.

Queria falar com alguém, mas tinha medo de ser A Louca. Queria ter amor, mas tinha medo de ser A Puta. Em silêncio lavou a louça esquecida na pia do alojamento, limpou os restos de comida do chão. No pátio tinha música, cerveja e risos, mas não teve ânimo para vestir roupa sexy nem para pintar a cara e se achar bonita no meio das pessoas.

Deitou na cama e chorou no travesseiro.

Silvia Marques – Rio Grande do Sul

escolhi o conto A reunião do Caderno de Formação Conspiração dos Gêneros para refletir sobre os aspectos do dia a dia que vivo no MST. Esse conto pra mim deixa nítido o machismo, o patriarcado, a exploração das mulheres em certa medida, a desqualificação, os homens que nos vêm como objeto. Isso me entristece, porque ainda hoje existe no nosso meio de companheiros de luta essa prática que só reforça essa sociedade capitalista. Enquanto isso, nós lutamos pela reforma agrária popular e as novas relações humanas. Nós, mulheres, temos uma luta árdua e quando os companheiros nos tratam assim o mundo fica escuro e a tristeza nos consome.

Na segunda reflexão, escolhi o poema Aromas de março de Diva Lopes.

(Às mulheres que ousam sonhar projetos)

A forma suave da mais pura rebeldia traduz os traços deste Ser mulher.

Desmedidamente ousada, inconfundivelmente capaz.

transpira coragem, inspira unidade

conspira coletivamente a construção de caminhos

que rompem com a acomodação cotidiana.

Março traz consigo o aroma incomparável dos dias de confronto.

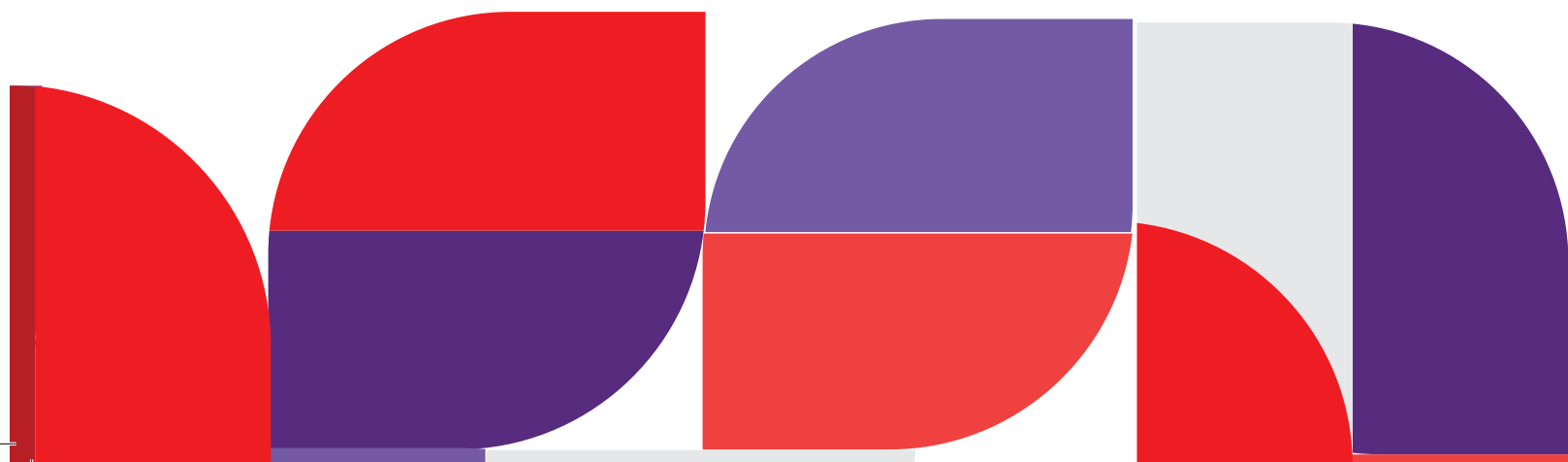
Das lutas, do campo, da camponesa.

AROMAS DE MARÇO – Diva Lopes

Nessa poesia encontro a força, a garra, a ousadia das mulheres, a unidade e os sonhos. Acredito nessa coletividade que alimenta nossa coragem e somos um elo que não se arrebenta. Cuida, zela, organiza e luta! é nas mulheres que deposito a minha fé !

O trabalho do tempo comunidade sobre o que consumimos foi bem revelador pois observamos as mídias e o que olhamos, ouvimos, lemos.

A formação das informações é sempre com o olhar conservador e absorvemos no dia dia sem perceber, pois está dentro de nossas casas diariamente e nos acostumamos a consumir novelas , jornais, conteúdos que não somam em nossa luta por direitos ou que distorcem a realidade sobre a sociedade.



(23/01/2025)

Tarefa tempo Comonidade
 Novela o outro lado do Paraíso
 lado Negativo

No trecho da novela o homem chega todo dóce e carinhoso conquista ela se aproxima ele mostra ser um cara super carinhoso e amoroso. Após se casarem na noite da lua de mel ele bebe muito e fica agressivo bate nela e ela fica muito assustado e diz estou com medo no dia seguinte pede desculpa e disse que bebeu demais e que não vai mais fazer e fala que ama muito e ela acredita ganhou flores, e tudo se repete outra vez, com traição e agressão, e isso acontece em nosso entorno, casais que aparentam ter uma vida Bela ser uma família unida, mais no fundo é só aparência o homem é agressivo, narcisista, machista, não deixa a mulher se arrumar e toma todo a liberdade que ela tinha antes do relacionamento e tem como Propriedade

(23/01/2025)

Tarefa tempo Comonidade
 o outro lado Positivo
 Novela Amor Perfeito.

Nessa semana Orlando e Mari se aproximam e sem muito preconceito se casam recuando a culpa do Padre isso era viravel no do casal, ve o quanto eles se ama e se respeitam, Onde um Respeito as diferenças do outro estão Unidos. Para enfrentar os desafios do dia a dia e sem jogar a culpa um no outro e Unidos e se amando resolveram o seus Problemas, causado. Pelo odio e Preconceito e que casou tanta dor, Mais o Amor e a União deles foi mais forte e Assim que todas as Mulheres deve se tratadas, com muito Respeito Compreensão e carinho, nessa Ana Ania Muita ganancia Preconceito. e odio e violencia Mais o Amor Venceu?

Trabalho acima de Lucia da Silva – Santa Catarina



ENCONTROS REGIONAIS DAS DEFENSORAS POPULARES DO CAMPO

7.2 - Encontro Regional - REGIÃO NORDESTE

O Encontro aconteceu em Salvador, na Bahia, entre os dias 24, 25 e 26 de Janeiro, os temas abordados foram: As mulheres e o contexto atual da luta de classes e das violências, a participação das mulheres no movimento social camponês e as lutas feministas no Brasil. O encontro contou com a participação de cerca de 60 mulheres, além das defensoras populares do campo do nordeste estiveram presentes convidadas e dirigentes do MST.



Fotos: Greyciane Jesus



7.2 – Encontro Regional – REGIÃO SUL

O encontro da Região Sul, aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2026 no Instituto de Educação Josué de Castro em Viamão, Rio Grande do Sul. Participaram do encontro os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No total, estávamos em 20 mulheres.

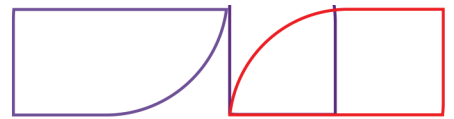
Foi um momento muito importante para as educandas se conhecerem pessoalmente e também projetar novas atividades para trabalhar com as mulheres nos seus Estados, fortalecer a discussão de criar redes de apoio da região para enfrentar as violências nos territórios de assentamentos.

Foi estudado a história das mulheres e sua importância desde o surgimento do Movimento. Na construção das escolas, na organização da comunidade, no pensar o assentamento para que a vida das mulheres fosse boa, na casa bonita, em como seria o jardim, no filho bem alimentado e para isso precisamos produzir sem veneno. **Quem decide fazer a agroecologia são as mulheres.**

A conjuntura atual requer que as mulheres assumam o compromisso mais do que nunca na luta contra o fascismo, racismo e a xenofobia que cresce na sociedade como um câncer contra as mulheres, jovens e crianças.

Foi realizado o planejamento da região sul do setor de gênero. Também foi organizado um momento literário, pois na escola Josué de Castro existe um grupo de literatura de mulheres que leem mulheres. Elas se encontram a cada 15 dias para ler, todas leem independente da dificuldade, depois refletem sobre o que o texto mexeu, fez refletir, lembrar em sua vida. É um momento muito legal pois a literatura tem como função na vida das mulheres como terapia para se curar e para socializar suas experiências de vida com as outras mulheres.

Foi organizado um bingo, os estados trouxeram os produtos, foi muito lindo pois teve mulher que nunca tinha jogado bingo. Foi um momento de confraternização entre os Estados.



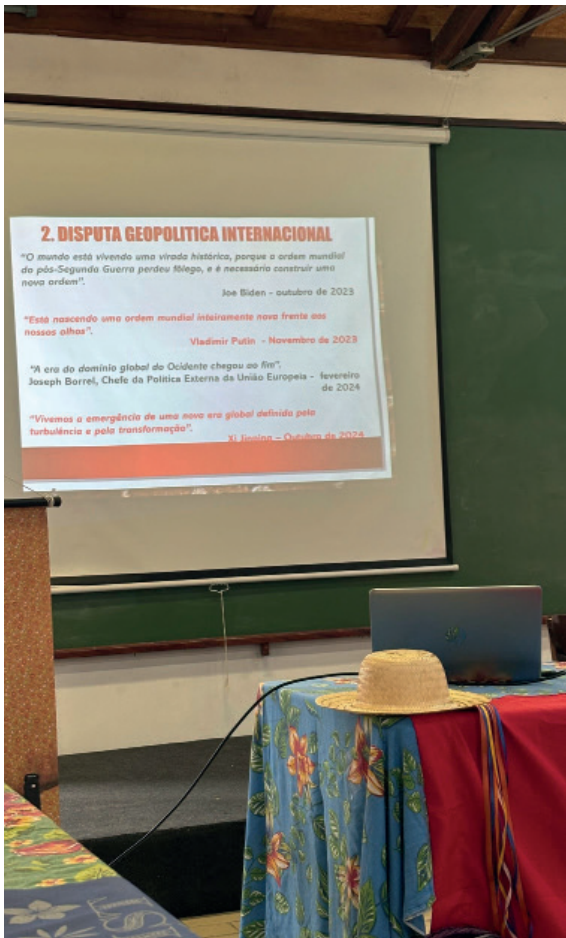
Fotos: Sílvia Marques



7.3 - Encontro Regional - REGIÃO SUDESTE

Entre os dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2026, ocorreu o Encontro da Região Sudeste do curso Defensoras Populares do Campo, na Escola Nacional Florestan Fernandes. O Encontro fez parte da programação do Curso de Defensoras Populares com o objetivo de fomentar o acesso à justiça nos territórios dos Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária, a partir da educação em direitos humanos com perspectiva interseccional. Para além do objetivo geral do curso, o nosso encontro também teve o objetivo de nos encontrarmos presencialmente pela primeira vez, nos conhecermos, sistematizar as nossas experiências com o curso e com os trabalhos desenvolvidos durante o mesmo.

O encontro teve uma programação muito boa, sobretudo assertiva para o atual momento e conjuntura que estamos vivendo. Durante os três dias de programação tivemos vários momentos que foram fundamentais na formação e no fortalecimento da participação das mulheres nos espaços formativos. Teve muita mística, animação, acolhida, escuta, troca de experiências, noite do cuidado, e atividade cultural. O encontro contou com a participação das onze Defensoras Populares do Campo da Região Sudeste, juntamente com as mulheres da coordenação nacional dos estados sudeste. Houve também a participação das mulheres da brigada da Escola Nacional Florestan Fernandes na abertura, na análise de conjuntura e no debate da participação das mulheres no MST.



Fotos: Danieria Silva Santos Carolino

7.4 - Encontro Regional – REGIÃO CENTRO OESTE

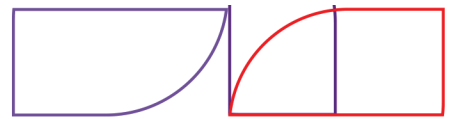
O nosso encontro aconteceu no Acampamento 8 de março, localizado no município de Planaltina - DF, entre os dias 09, 10 e 11 de fevereiro de 2026, com participação de 50 companheiras entre cursistas, defensoras e dirigentes da região.

Dentre os temas abordados foram: a conjuntura, a violência e a vida das mulheres, a participação das mulheres no movimento social camponês, as lutas feministas no Brasil, a nossa organicidade nos territórios e o fortalecimento do setor de gênero.

O encontro teve na primeira noite, um momento de acolhida com escalda pés, onde as companheiras puderam relaxar e descansar da viagem. Foi um encontro de muita mística, animação, formação e planejamento de que voltemos para os territórios na certeza de massificação e fortalecimento da luta das mulheres.



Imagens: Camila Alves



7.5 - Encontro Regional – REGIÃO AMAZÔNICA

O encontro regional aconteceu nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2026, com 45 mulheres entre Defensoras, militantes e dirigentes do MST. O encontro debateu temas conjunturais, organizativos e projetivos em relação à vida das mulheres na região Amazônica. Contamos a história das mulheres na luta pela terra, marcada pelo contexto de violência na região, mas também de resistência. Foi a resistência na luta camponesa que marcou as conquistas históricas da luta pela terra na região, com a contribuição das mulheres em todos os momentos históricos dessa luta.

Fizemos reflexões em torno da situação das vidas mulheres nos territórios de reforma agrária e organizamos um plano de ações para o próximo período com a perspectiva de fortalecer o setor de gênero no MST e, com isso, avançar na construção de novas relações humanas tendo como horizonte condutor o projeto de reforma agrária popular.





